

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório de Gestão do exercício de 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal; elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do Conselho Federal de Administração Of. Circ. 9/2018/CFA, 16 de janeiro de 2018.

Vitória/ES, 2018

SUMÁRIO

1. Identificação e Atributos da Entidade.....	5
1.1 Identificação da Entidade.....	5
1.2 Normas Relacionadas a gestão e estrutura do CRA-ES.....	5
1.3 Finalidade e competências institucionais do CRA-ES.....	5
1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas...	6
2. Planejamento e Resultados Alcançados.....	8
2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico.....	8
2.2 Informações sobre as ações adotadas pelo CRA-ES p/atingir os objetivos estratégicos....	8
2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício.....	9
2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	12
3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da gestão.....	13
3.1 Estrutura de governança do CRA-ES.....	13
3.2 Demonstração da atuação da Auditoria Interna.....	13
3.3 Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição.....	14
3.3.1 Atividades de correição.....	14
3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas.....	14
3.4 Relação dos principais Dirigentes e Membros do CRA-ES.....	14
3.5 Remuneração paga aos conselheiros.....	14
4. Informações sobre a gestão.....	16
4.1 Demonstração da Receita.....	16
4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira.....	17
4.2.1 Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios.....	17
4.2.2 Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios.....	17
4.2.3 Saldo para o exercício de 2018.....	18
4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência.....	18
5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos.....	19
5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal do CRA-ES.....	19
5.1.a Força de trabalho.....	19
5.1.b Ingresso de funcionários.....	19
5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e faixa etária	19
5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo c/ estrutura de cargos e nível de	
escolaridade.....	20
6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas.....	21
6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do TCU.....	21
7. Informações contábeis.....	22
7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP.....	22
7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão.....	22
7.1.2 Balanço Patrimonial.....	22
7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais.....	22
7.1.4 Balanço Financeiro.....	22
7.1.5 Balanço Orçamentário.....	22

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6.....	23
7.2.1 Disponível.....	23
7.2.2 Estoques.....	23
7.2.3 Imobilizado.....	23
7.2.4 Despesas.....	23
7.2.5 Receitas de Contribuições.....	23
7.2.6 Receita de Serviços.....	24
7.3 Relatório de Auditoria da Assessoria Especial de Auditoria do CFA.....	24
8. Relacionamento.....	30
9. Outras informações sobre a gestão.....	31
ANEXO I.....	32
ANEXO II.....	34
ANEXO III.....	42
ANEXO IV.....	44
ANEXO V.....	46
ANEXO VI.....	48
ANEXO VII.....	50
ANEXO VIII.....	51
ANEXO IX.....	53
ANEXO X.....	54
ANEXO XI.....	55
ANEXO XII.....	56
ANEXO XIII.....	57
ANEXO XIV.....	58
ANEXO XV.....	59

Listas referenciadas

Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES.....	6
Tabela 1 - Unidades organizacionais do CRA-ES.....	7
Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão.....	12
Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES.....	13
Tabela 3 - Diárias pagas aos Conselheiros.....	15
Tabela 4 - Jetons pagos aos Conselheiros.....	15
Tabela 5 - Origens das receitas do CRA-ES.....	16
Tabela 6 - Receita orçamentária em 2016 e em 2017.....	17
Tabela 7 - Receita extra-orçamentária em 2016 e em 2017.....	17
Tabela 8 - Disponível em 2016 e em 2017.....	17
Tabela 9 - Comparativo de despesas realizadas em 2016 e em 2017.....	17
Tabela 10 - Saldo para o exercício de 2018.....	18
Tabela 11- Valores recebidos em 2017 via Plenário do CFA.....	18
Tabela 12 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2016.....	19
Tabela 13 - Quadro de pessoal do CRA-ES em 2017.....	19
Tabela 14 - Movimentação de pessoal no CRA-ES.....	19
Tabela 15 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária.....	19
Tabela 16 - Provimento de cargos no CRA-ES – por escolaridade.....	20
Tabela 17 - Composição das receitas de serviços.....	24
Figura 3 - Parecer da Assessoria Especial de Auditoria do CFA	25
Tabela 18 - Balanço patrimonial - Ativo.....	32
Tabela 19 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	33
Tabela 20 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada.....	34
Tabela 21 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada.....	38
Tabela 22 - Balanço financeiro – Receitas.....	42
Tabela 23 - Balanço financeiro – Despesas.....	43
Tabela 24 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas.....	44
Tabela 25 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas.....	45
Tabela 26 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo.....	46
Tabela 27 - Balanço patrimonial comparado - Passivo.....	47
Tabela 28 - Demonstrativo de Fluxo de Caixa.....	48
Tabela 29 - Conferência de Caixa.....	50
Tabela 30 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	51
Tabela 31 - Ativo não circulante - Imobilizado.....	51
Tabela 32 - Movimento do imobilizado - bens imóveis.....	52
Tabela 33 - Movimento do imobilizado - bens móveis.....	52
Tabela 34 - Dívidas e ônus reais.....	54
Tabela 35 - Demonstrativo das ações de cadastro.....	56
Tabela 36 - Demonstrativo das ações de fiscalização.....	57
Tabela 37 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES.....	58
Tabela 38 - Caixa e equivalente de caixa.....	60
Tabela 39 - Créditos a receber.....	60
Tabela 40 - Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado.....	61
Tabela 41 - Método, vida útil econômica e índices utilizados.....	61
Tabela 42 - Valor contábil e depreciação acumulada.....	62
Tabela 43 - Obrigações de curto prazo a pagar.....	62
Tabela 44 - Provisões para férias e encargos.....	63
Tabela 45 - Provisões processuais.....	63
Tabela 46 - Patrimônio Líquido.....	64
Tabela 47 - Resultado Patrimonial.....	61
Tabela 48 - Resultado Financeiro.....	64
Tabela 49 - Resultado Orçamentário.....	65

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA ENTIDADE:

Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia técnica, administrativa e financeira e, imunidade tributária de acordo com a alínea “a”, Inciso VI, Art. 150 da Constituição Federal, de 03 de outubro de 1988.

1.1 Identificação da Entidade:

Nome: Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES

CNPJ: 28.414.217/0001-67

Natureza Jurídica: Autarquia Federal

Endereço postal: Rua Aluysio Simões, nº. 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, CEP: 29.050-632

Telefone: (27) 2121-0500

Endereço da página na Internet: www.craes.org.br

Endereço do Correio Eletrônico Institucional: craes@craes.org.br

1.2 Norma de criação e das demais normas, regulamentos e manuais relacionados à gestão e à estrutura do CRA-ES.

- a) Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências”;
- b) Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 e dá outras providências”.
- c) Resolução Normativa CFA nº 53, de 04/11/1983 – “Aprova instalação do Conselho Regional de Técnicos de Administração da 14ª Região, com jurisdição sobre o Estado do Espírito Santo e sede em Vitória”.
- d) Resolução Normativa CFA nº 495, de 09/12/2016 – “Aprova o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo”.

1.3 Finalidade e competências institucionais do CRA-ES

O Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA-ES, autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na Capital e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação que regulamenta o exercício da profissão de Administrador e a fiscalização das atividades prestadas no campo da Administração por pessoas físicas e jurídicas; possuindo autonomia técnica, administrativa e financeira, além de se constituir no conjunto de autarquias do Sistema CFA/CRAs.

O CRA-ES é o órgão normativo, consultivo, orientador, disciplinador e fiscalizador do exercício da profissão do Administrador, do Tecnólogo em Gestão, dos Mestres, Doutores e Técnicos em Administração em sua jurisdição.

1.4 Apresentação do organograma funcional com as competências e atribuições das áreas

O CRA-ES tem a seguinte estrutura básica:

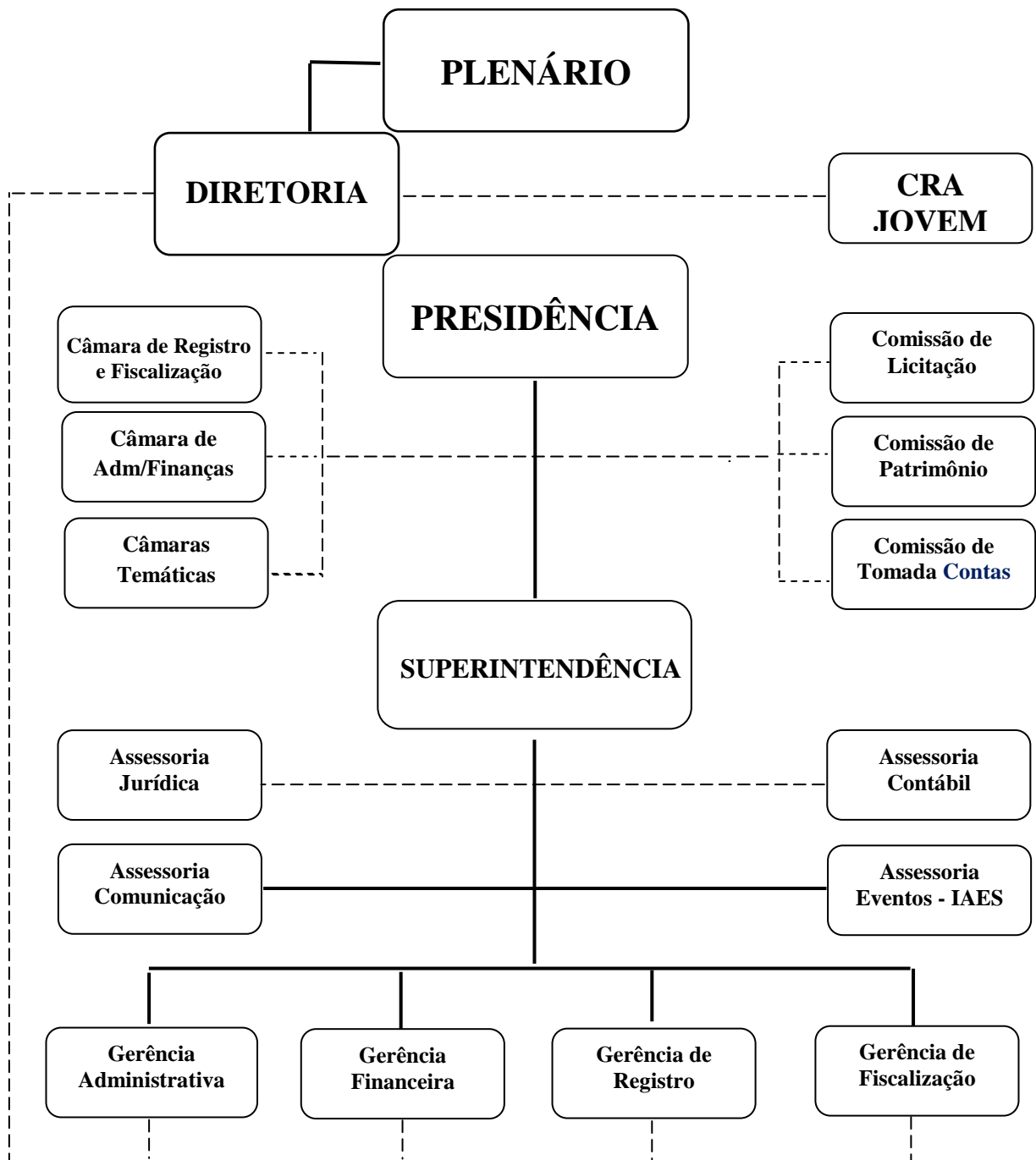


Figura 1 - Organograma funcional do CRA-ES

Unidade Organizacional	Competência	Responsável	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Tomar decisões de natureza institucional	Adm. Hércules da Silva Falcão	Presidente	01/01/2017 a 31/12/2018
Presidência	Dirigir o CRA-ES	Adm. Hércules da Silva Falcão	Diretor Presidente	01/01/2017 a 31/12/2018
Diretoria Executiva	Acompanhar a execução dos trabalhos técnicos e Administrativos	Adm. Flávio Celso Santos Rosa	Diretor Administrativo Financeiro	01/01/2017 a 31/12/2018
		Adm. Maurílio José Martins Inês	Diretor de Fiscalização e Registro	01/01/2017 a 31/12/2018
CRA – Jovem	Integrar jovens administradores, tecnólogos e estudantes em atuações estratégicas.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	01/01/2017 a 31/12/2018
IAES – CEPE	Promover treinamentos, eventos e certificação profissional.	Adm ^a . Marly de Lurdes Uliana	Coordenadora	01/01/2017 a 31/12/2018
Superintendência	Gestão executiva	Adm. Pedro Cipriano Prêmoli	Superintendente	Desde 20/03/1997
Câmara de Registro e Fiscalização	Orientar as áreas de Registro e Fiscalização	Adm. Maurílio José Martins Inês	Coordenador	01/01/2017 a 31/12/2018
Câmara de Adm/Finanças	Orientar as áreas de Administração e Finanças	Adm. Flávio Celso Santos Rosa	Coordenador	01/01/2017 a 31/12/2018
Câmaras Temáticas	Desenvolver estudos para contribuir ao aperfeiçoamento da profissão e organizações	Designado para tema por meio de Portaria específica	Coordenador	Temporal
Comissão de Licitação	Conduzir processos licitatórios	Adm ^a . Priscilla Modulo de Assunção	Coordenadora	10/02/2017 a 09/01/2018
Comissão Patrimônio	Conferir logística do patrimônio	Adm ^a . Letícia Toniato Simões	Coordenadora	09/01/2017 a 31/12/2018
Comissão Tomada Contas	Apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais e balanço anual.	Adm. Robson Brandão Neves	Coordenador	09/01/2017 a 31/12/2018
Assessoria Jurídica	Subscrever atos privativos dos Advogados	Adv. Rosângela Guedes Gonçalves	Advogada	Desde 14/12/2010
Assessoria Contábil	Fazer a escrituração contábil e elaborar a folha pagamentos	Cont. Rodrigo Lagasse Dias	Contador	Desde 06/06/2014
Assessoria de Comunicação	Organizar e redigir as publicações do CRA-ES	Vago	Assessora	Desde 19/07/2017
Assessoria de Treinamentos e Eventos	Organizar e supervisionar as atividades do IAES	Adm. Marcela Rocha Haase Uligh	Assessora	Desde 12/06/2013
Gerência Administrativa	Fazer a gestão de pessoal e suprir os bens e serviços.	Adm. Rafael Dias de Barros	Gerente	Desde 05/05/2014
Gerência Financeira	Executar o controle financeiro e patrimonial	Adm. Kamyla Dadalto Cota	Gerente	Desde 01/09/2007
Gerência de Fiscalização	Fiscalizar o exercício da profissão.	Adm. Janaína Guaitolini Merlo	Gerente	Desde 06/11/2015
Gerência de Registro	Habilitar pessoas e empresas p/atuarem na profissão.	Adm ^a . Melissa França Mathias Ferreira Sanz	Gerente	Desde 03/04/2017

Tabela 1 – Unidades organizacionais do CRA-ES

2. Planejamento e Resultados Alcançados

2.1 Descrição sucinta do planejamento estratégico

O planejamento estratégico é praticado pelo CRA-ES desde 2002, tendo no primeiro sido utilizada a metodologia de Análise Contingencial, em 2003 utilizou-se a de Planejamento Situacional e em 2004 houve a utilização da BSC (Balanced Scorecard). Após os resultados alcançados em 2004, decidiu-se manter a metodologia BSC para os períodos futuros, porque ela traduz as estratégias, apresenta objetivos e indicadores, o que possibilita a implementação de novos padrões de qualidade, eficiência e eficácia sob o ponto de vista dos resultados para o órgão, e nesse contexto, foram estabelecidos os norteadores estratégicos a seguir:

I - Visão: Ampliar a participação dos profissionais registrados nas atividades de Administração nas instituições públicas pela adequação da legislação, e na iniciativa privada pela conscientização dos empresários.

II – Foco: Reconhecimento como uma instituição forte que efetivamente habilita e fiscaliza o exercício profissional no campo da Administração.

III – Missão: Registrar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional de Administração primando pela aplicação da conduta ética e técnica.

IV – Valores: Ética, impessoalidade, publicidade, legalidade, eficiência, comprometimento, respeito, credibilidade, pluralidade de ideias, criatividade, consciência, cooperação e sensibilidade.

2.2 Informações sobre as ações adotadas pelo CRA-ES para atingir os objetivos estratégicos.

I – Visitas às Instituições de Ensino Superior para informar aos formandos dos cursos de bacharelado em Administração e superior de Tecnologia em Gestão, sobre a obrigatoriedade do registro no Conselho para o exercício da profissão, assim como, sobre os campos e atividades exclusivas dos profissionais da Administração. Na visita o representante do CRA-ES recebe o requerimento de registro no Conselho e cópias de documentos para efetuar o registro prévio do futuro profissional, que será efetivado após a colação de grau, conforme determina a Lei 4.769/65.

II – Fiscalização continua na internet das versões eletrônicas dos jornais da região e no site do DIOES para identificar editais de licitação para contratação de empresas prestadoras de serviços que envolvam atividades exclusivas da Administração na jurisdição do CRA-ES, e constatar se consta a exigência do registro cadastral das licitantes em CRA, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65.

III – Fiscalização continua por meio de acesso direto das informações cadastrais do Sistema Integrado de Automação do Registro do Comércio e do Gerenciador de Imagens da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, para identificar se as empresas que exploram atividades exclusivas da Administração registradas naquela autarquia possuem registro cadastral no CRA-ES, conforme determinam as Leis 6.839/80 e 4.769/65.

IV – Ação indireta de fiscalização às empresas de prestadoras de serviços de atividades exclusivas da Administração, por meio de orientação presencial às CPLs e Secretarias de Administração dos 78 municípios do Estado, sobre a Lei 4.769/65 e o art. 30 da lei 8.666/93. As orientações do CRA-

ES evitam a falta de exigência de regularidade da prestadora de serviço e atestados de qualificação técnica nos editais de licitação, conforme determina o § 1º, do Artigo 30, da Lei 8.666/93.

V – Disponibilizar palestras institucionais às Instituições de Ensino Superior e às escolas profissionalizantes de nível médio com foco no registro profissional e motivacionais pela escolha das profissões da Administração.

VI – Disponibilizar palestras motivacionais às escolas de nível médio da rede pública e privadas, profissionalizantes ou não, para escolha da profissão do Administrador e do Tecnólogo em Gestão.

VII – Realização de eventos em comemoração ao aniversário da promulgação da Lei 4.769 que criou a profissão do Administrador, em 9 de setembro de 1965. O dia 9 de setembro é considerado nacionalmente como o Dia do Administrador, sendo que as solenidades em homenagem ocorrerem durante todo o mês de setembro nas Instituições de Ensino Superior, Câmaras Municipais, Assembleia Legislativa e no auditório do CRA-ES.

VIII – Realização de eventos que contribuam para o aprimoramento e/ou atualização dos conhecimentos técnico dos profissionais da Administração por meio do Instituto de Administração do Espírito Santo – IAES, uma unidade operacional da estrutura do CRA-ES.

2.3 Demonstração e contextualização dos resultados alcançados no exercício

I – No exercício foram efetuados 459 registros profissionais dos 1.454 formandos que colaram grau nas Instituições de Ensino Superior do Estado nos cursos superiores de Administração, ou seja, no ato da colação de grau, 32% deles ficaram habilitados para atuarem no mercado de trabalho, conforme estabelece a Lei 4.769/65. Considerando que a média no Sistema CFA/CRA's está em torno de 20%, podemos considerar que o resultado do CRA-ES está bom.

II – No exercício foram efetuados 349 registros de pessoas jurídicas, o que representou uma redução de 5% em relação ao exercício de 2016. A redução acompanhou a queda do índice de volume de serviços no Espírito Santo, que foi de -2,8% conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PMS-IBGE), de dezembro de 2017.

III – Foi realizado dia 28 de setembro no Itamaraty Hall, em Vitória/ES, palestra magna com tema “Empregabilidade - Causa ou Consequência?”, ministrada pelo Adm. Pedro Mandelli Filho, empresário, com a presença de profissionais da Administração, dirigentes de IES, estudantes e empresários. Também em setembro, nas IES de cidades do interior e da região metropolitana, em diversas datas, foram realizadas 20 palestras com o tema “Empregabilidade: construindo uma carreira sólida no mercado” pelo Adm. Mário Borgo e o Tecnólogo em Recursos Humanos Juliano Malta. Também foram realizados seis mini cursos nas instalações do CRA-ES em parceria com Instituições de Ensino Superior e empresas de treinamentos.

IV – No exercício foram atendidas 15 solicitações de palestras feitas pelas Instituições de Ensino Superior, sendo 11 com o tema “O papel do Administrador na Sociedade”, 1 com o tema “O papel do Tecnólogo em Gestão na Sociedade” e 3 com o tema “Profissionalização e Transparência na

Administração Pública”. Destas, 8 ocorreram no auditório do Conselho e 7 em IES da Grande Vitória.

V – No exercício foram atendidas 3 solicitações de palestras para alunos de cursos técnicos em Administração em escolas da Grande Vitória.

VI – No exercício o IAES realizou 29 eventos no auditório do CRA-ES, sendo:

10 palestras do projeto Café e Gestão ministradas por especialistas e mestres;

1. 16/fev - tema “Vendas” pelo Prof. Claudio Goldberg.
2. 10/mar - tema “Custos, Sistemas de Custeio, Gestão e Formação de Preço” pelo Prof. André da Costa Dias.
3. 16/mar - tema “A Administração e a Contabilidade: Uma relação que gera vantagem competitiva” pelo Prof. Hercules Vander de Lima Freire.
4. 7/abr - tema “Logística como Vantagem Competitiva” pelo Prof. Tarcísio Marcelo Menezes.
5. 5/mai - tema “Análise Econômica e Financeira na Visão do Controller” pelo Prof. Pedro de Castro e Silva Machado Mascarenhas Roriz.
6. 9/mai - tema “Gestão do Capital de Giro” pelo Prof. Carlos Eduardo Áscoli Silva.
7. 22/mai - tema “Gerenciamento de Processos de Negócios – BPM” pelos Professores Adm. Fernando Furtado Mendonça, Adriel Roberto Moro e Marco Túlio Perdigão Mendes.
8. 7/jul - tema “Controladoria Aplicada” pelo Prof. Fernando Sergio Fernandes do Valle.
9. 4/ago - tema “Desmitificando a Governança Corporativa” pelo Prof. Pedro de Castro e Silva Machado Mascarenhas Roriz.
10. 18/ago - tema “Gestão de Carreira e Marketing Pessoal” pelo Prof. Adm. Gabriel Rodrigues de Moraes.

1 palestra do projeto Seminários de Boas Práticas, ministrada por gestores ou ex-gestores de instituições públicas ou privadas sobre experiências bem sucedidas;

14/mar – tema “Gestão Familiar”, case Grupo Argalit, pelo seu Diretor Raphael Cassaro.

2 Homenagem ao Formando Destaque Acadêmico, que premia com placa e certificado bacharéis em Administração e graduados em cursos Superiores de Tecnologia em Gestão, que galgaram excelentes avaliações, informados pelas IES;

19/mai - homenageados 21 egressos de 13 faculdades formados no segundo semestre de 2016.

19/out - homenageados 12 egressos de 9 faculdades formados no primeiro semestre de 2017.

2 Solenidades de entrega de Carteiras de Identidade Profissional com a presença de convidados dos formandos;

19/abr – entregues 75 CIPs a profissionais que colaram grau no segundo semestre de 2016.

21/set – entregues 86 CIPs a profissionais que colaram grau no primeiro semestre de 2017.

1 fórum sobre Qualidade no ensino da Administração;

27/jul - VIII Fórum de Qualidade no Ensino da Administração

1 workshop sobre Recuperação Judicial no Atual Cenário Econômico;

22/ago – Lei de Recuperação Judicial, Oportunidades e Desafios para Administradores.

12 palestras:

1. 29/mar – tema “Mulher, onde e como deixar a sua marca”, pela Adm^a. Cleoni Vera Tomazela.
2. 4/abr – tema “Terceirização: Conceito e Prática” pelo Advogado Victor Queiroz Passos Costa.
3. 23/mai – tema “Como atingir os objetivos e ter qualidade de vida” pelo Economista Renan Lima.
4. 30/mai – tema “Como obter sucesso em uma entrevista de emprego” pela Adm^a. Ana Paula Resstel.
5. 14/set – tema “Cenário Previdenciário Brasileiro e a Reforma da Previdência” pelo Adm. Alexandre Wernersbach Neves.
6. 18/set – tema “O Perfil do Líder Capixaba e seus Desafios” pela Mestre em Psicologia Bernadete Baltazar.
7. 20/set – tema “Inovações no Universo do RH” pelo Tecnólogo em Recursos Humanos Elcio Teixeira.
8. 21/set – tema “Inovação na era digital” pelo Adv. Jefferson Cabral.
9. 21/set – tema “Tema “Automação de Processos de Negócios com uso de ferramenta BPMS - BizAgi Engine” pelo Adm. Fernando Furtado Mendonça, TI Adriel Roberto Moro e TI Marco Túlio Perdigão Mendes.
10. 26/Out – tema “Homens e mulheres na luta contra o câncer de mama” pela farmacêutica Alice Vieira Morellato.
11. 31/out – tema “Sua Empresa está preparada para as mudanças?” pelo Advogado Victor Queiroz Passos Costa.
12. 14/dez – tema “Como Iniciar o Ano no Azul” pela Adm^a. Sylvia Milaneze Altoé e a publicitária Lorena Milaneze Bastos.

VII – No exercício o IAES realizou 8 cursos de curta duração nas salas de aula do CRA-ES com os seguintes títulos:

1. 19/set - Atendimento gerando Diferencial em Momentos de Crise em Mercado.
2. 19/set - Contratos: Qual a sua importância nas empresas e como fazê-los?
3. 20/set - Mapeamento Ágil de Processos (BPM).
4. 20/set - 1ª turma Compras Governamentais: Breve Introdução ao Mercado Público (para Fornecedores).
5. 21/set - Estratégia do Líder Coach.
6. 21/set - 2ª turma Compras Governamentais: Breve Introdução ao Mercado Público (para Fornecedores).

7. 22/set – 1ª turma Usando o método Canvas e Criando Estratégias Competitivas.
8. 22/set – 2ª turma Usando o método Canvas e Criando Estratégias Competitivas.

2.4 Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

Objetivo	Nome do Indicador	Descrição
Aumentar o número de registrados	Percentual de registros ativos mensalmente - PF e PJ	Medir o aumento de registros ativos mensalmente, bem como o acumulado anual.
Aumentar a percepção de valor quanto à marca do CRA-ES	Percentual de aumento dos inscritos (PF) vindos do mercado (espontâneo) e do registro prévio	Medir as inscrições espontâneas, em relação ao mesmo período no exercício passado, bem como o resultado do registro prévio.
Atender e reter profissionais e empresas	Tempo de permanência do registrado (até 2, 3, 4, 5, 6-7, 8-10 e acima de 10 anos).	Medir o tempo de permanência do profissional registrado no CRA, dentro das faixas indicadas.
	Percentual de crescimento dos serviços prestados - (PJ)	Mede a quantidade de serviços prestados mensalmente em relação a quantidade prestada no mesmo período no exercício passado.
Tornar conhecida a profissão	Quantidade de aparecimentos do CRA na sociedade – Quadro demonstrativo	Quantidades de visitas para registro prévio, palestras, número de participação anual em colação de grau, mídia espontânea.
Aperfeiçoar o modelo de gestão do conhecimento, organizando e otimizando os processos.	Percentual de processos padronizados.	Quantidade de processos padronizados (fluxogramado, manualizado, validado, treinado e implantados) em relação ao total de processos a serem padronizados.
Ampliar a ação fiscalizatória na jurisdição do CRA-ES	Percentual de empresas regulares	Quantidade de empresas regulares (adimplentes com responsável técnico) em relação ao total de empresas ativas
	Percentual de editais e licitações notificados	Quantidade de editais de concurso e licitações notificadas em relação ao total fiscalizado
Manter o índice de satisfação do funcionário elevado	Índice de absenteísmo	Total de faltas, sem as faltas legais, em relação ao total de horas trabalhadas mensalmente.
	Índice de satisfação do funcionário e de clima organizacional	Medir a satisfação do funcionário e o clima organizacional mediante pesquisa.

Tabela 2 - Indicadores utilizados pelo CRA-ES para monitorar e avaliar a gestão

3. Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão.

3.1 Estrutura de governança do CRA-ES

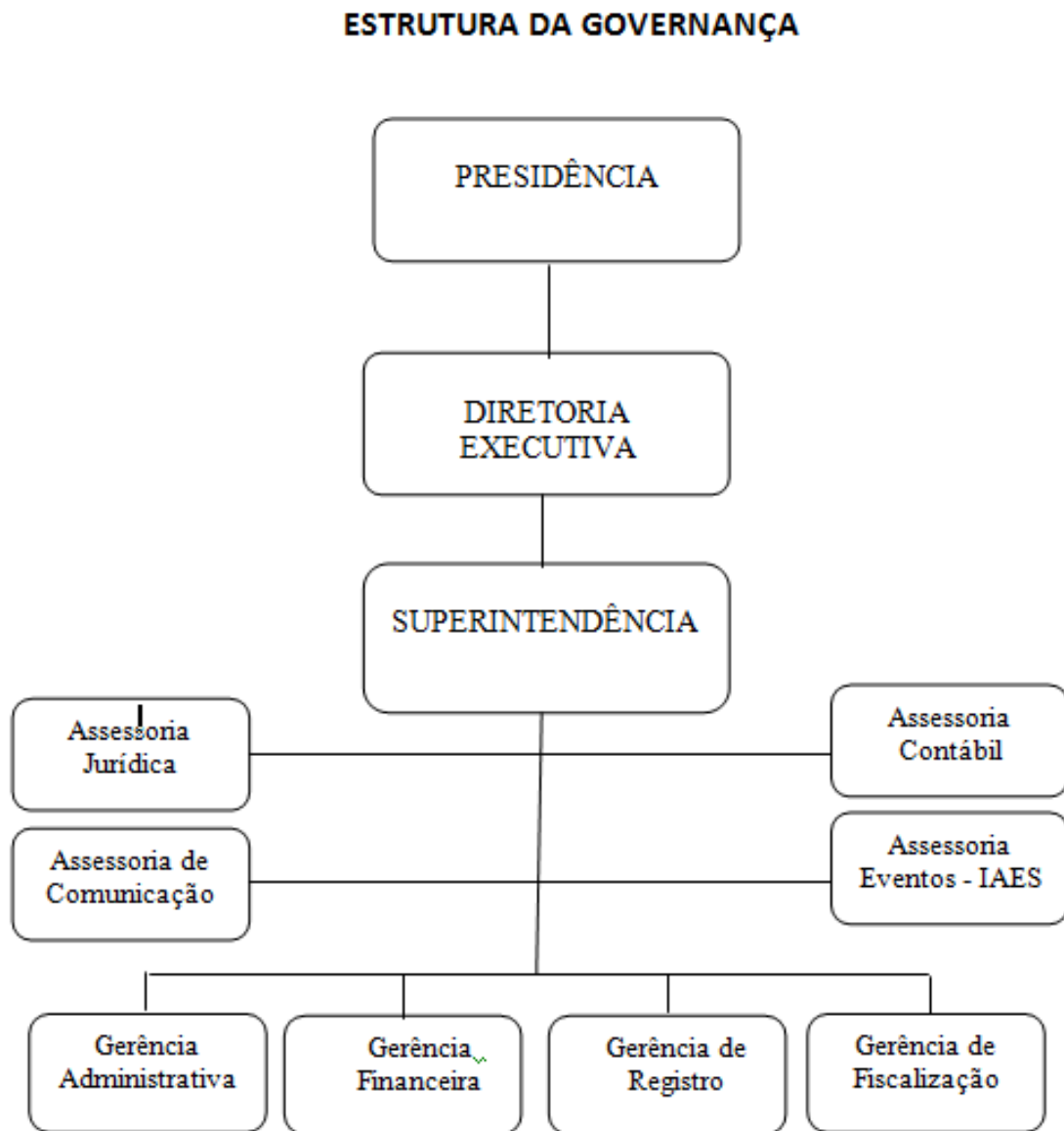


Figura 2 - Estrutura de Governança do CRA-ES

3.2 Demonstração da atuação da unidade de auditoria interna, incluindo informações sobre a qualidade e suficiência dos controles internos da entidade.

O Regulamento da Estrutura Administrativa Operacional do Conselho Federal de Administração, aprovado pela Portaria CFA nº 13, de 17 de abril de 1998, estabelece em seu Art. 19º os serviços de auditoria, a saber:

I – realizar auditorias regulares e especiais e fiscalizações nos sistemas orçamentário, contábil, financeiro, patrimonial, de pessoal e demais sistemas operacionais dos Conselhos Regionais de Administração;

3.2.1 O processo de escolha do dirigente da unidade de auditoria interna;

A Resolução CRA-ES nº 001 de 21 de fevereiro de 2017 constituiu e designou membros por decisão do Plenário de Conselheiros para compor a Comissão de Tomada de Contas do CRA-ES no biênio 2017/2018.

3.2.2 A instância da administração responsável pela instituição e manutenção de uma estrutura e procedimentos de controles internos adequados para a elaboração das demonstrações financeiras e para garantir o atendimento dos objetivos estratégicos;

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.3 A forma de comunicação sistemática à alta gerência, ao Conselho de administração e ao Comitê de Auditoria, se for o caso, sobre riscos considerados elevados assumidos pela gerência ao não implementar as recomendações da Auditoria Interna;

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.2.4 A forma em que ocorre a certificação de que a alta gerência toma conhecimento e aceita os riscos pela não implementação das recomendações feitas pela auditoria interna.

A Resolução Normativa CFA nº 495 de 09 de dezembro de 2016 aprovou o Regimento do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo.

3.3 Demonstração da execução das atividades de correção no âmbito da unidade jurisdicionada, destacando os principais eventos apurados e as providências adotadas, notadamente no que se concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que sejam capazes de impactar o desempenho.

3.3.1 Atividades de correção

A Resolução Normativa CFA Nº 349, de 27 de novembro de 2007, aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema CFA/CRA's.

3.3.2 Da Comissão de Tomada de Contas

A Comissão de Tomada de Contas é composta de membros, não integrantes da Diretoria Executiva, cabendo-lhe, em caráter preliminar, apreciar e emitir pareceres sobre os balancetes mensais do CRA-ES, que serão encaminhados à Diretoria Executiva e, a seguir, ao Plenário.

3.4. Relação dos principais dirigentes e membros de conselhos, indicando o período de gestão, a função, o segmento, o órgão ou a entidade que representa.

A relação dos principais dirigentes e membros do CRA-ES está disponível no anexo XIV.

3.5. Remuneração paga aos administradores conselheiros, membros da Diretoria, Câmaras e Comissões.

Os Cargos de Direção e de Conselheiros do Sistema CFA/CRA's são exercidos de forma honorífica, não sendo, portanto efetuado qualquer tipo de pagamento em forma de remuneração. São efetuados pagamentos de diárias e jetons, de caráter indenizatório, quando do deslocamento e quando da participação em órgãos de deliberação coletiva. Os pagamentos de diárias e jetons até 17/07/2017

obedecem ao disposto na Resolução Normativa CRA-ES nº 011, de 18 de agosto de 2015, e a partir de 18/07/2017, o disposto na Resolução Normativa CRA-ES nº 008, de 18/07/2017.

3.5.1 – Pagamento de Diárias aos Conselheiros

Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Media Mensal	Total no Exercício
Hércules da Silva Falcão	01/01/2017	31/12/2017	735,40	8.824,80
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2017	31/12/2017	589,53	7.074,30
Héricson Rubim Rangel	01/01/2017	31/12/2017	211,67	2.540,00
José Américo Merlo	01/01/2017	31/12/2017	203,45	2.441,40
Robson Brandão Neves	01/01/2017	31/12/2017	3,33	40,00
			TOTAL	20.920,50

Tabela 3 – Diárias pagas aos Conselheiros

3.5.2 – Pagamento de Jetons aos Conselheiros

Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Media Mensal	Total no Exercício
Hércules da Silva Falcão	01/01/2017	31/12/2017	142,75	1.713,00
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2017	31/12/2017	142,75	1.713,00
José Américo Merlo	01/01/2017	31/12/2017	142,75	1.713,00
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2017	31/12/2017	142,75	1.713,00
Robson Brandão Neves	01/01/2017	31/12/2017	129,17	1.550,00
Letícia Toniato Simões	01/01/2017	31/12/2017	103,33	1.240,00
Maurílio José Martins Inês	01/01/2017	31/12/2017	103,33	1.240,00
Héricson Rubim Rangel	01/01/2017	31/12/2017	89,75	1.077,00
Jocélia Ângela Gumiere da Silva	01/01/2017	31/12/2017	53,00	636,00
			TOTAL	12.595,00

Tabela 4 – Jetons pagos aos Conselheiros

4. Informações sobre a gestão.

A gestão se pautou no cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicável ao Setor Público, encontra-se inserido no gerenciamento dos recursos públicos a aplicabilidade do orçamento elaborado, observando o disposto na Lei Orçamentária, nº 4.320/64.

4.1 Demonstração da Receita

De acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, em seu Art. 32 estabelece que a renda do CRA-ES é constituída de:

- a) 80% (oitenta por cento) da renda bruta dos Conselhos Regionais de Administração, com exceção dos legados, doações ou subvenções;
- b) Doações e legados;
- c) Subvenções dos Governos Federal, Estaduais e Municipais ou de Empresas e Instituições Privadas;
- d) Rendimentos patrimoniais;
- e) Rendas eventuais.

ORIGENS DAS RECEITAS POR NATUREZA – FONTES

TRANSFERÊNCIAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:
Anuidades do Exercício (80%). Receitas arrecadadas no exercício.
Anuidades do Exercício Anterior (80%). Rec. arrecadadas no exercício anterior
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS:
Rendimentos de Aplicações Caderneta de Poupança
Rendimentos de Aplicações em LFT e Títulos do Tesouro
Rendimentos de Aplicações em CDB de estabelecimentos bancários federais
Dividendos de Ações (antigo sistema Telebrás) Direito Uso linhas telefônicas.
RECEITAS DE SERVIÇOS:
Expedição Carteiras Identificação Profissional – CIP
Expedição de Certidões
Expedição de Alvarás

Tabela 5 - Origens das receitas do CRA-ES

Observando, o art. 6º, §1º da Lei 4.320/64, a saber: “§1º. As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa, no orçamento da entidade obrigada à transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber”.

4.2 Desempenho na execução orçamentária e financeira

4.2.1 Desempenho Comparativo das Receitas Arrecadadas nos dois últimos exercícios

Receita Orçamentária		
Receitas Correntes		
Título	2016	2017
Contribuições	4.686.624,61	4.904.571,33
Receita Patrimonial	488,70	794,40
Receita de Serviços	544.294,94	556.909,68
Outras Receitas Correntes	207.090,34	236.476,78
Receita Financeira	1.487.085,11	1.396.702,29
Transferências Correntes	45.101,70	155.000,00
Receitas da Dívida Ativa	384.739,07	868.723,02
Soma	7.355.424,47	8.119.177,50
Receitas de Capital		
Receita de Capital	-	15.033,00
Soma	-	15.033,00

Tabela 6 - Receita orçamentária em 2016 e em 2017

Receita Extra-Orçamentária.		
Título	2016	2017
Receita Extra – Orçamentária	3.901.710,63	4.916.102,71
Soma	3.901.710,63	4.916.102,71

Tabela 7 - Receita extra-orçamentária em 2016 e em 2017

Disponível Inicial		
Título	2016	2017
Bancos – Conta movimento	233.192,84	214.332,10
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	7.206.576,39	9.776.880,08
Soma	7.439.769,23	9.991.212,18
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	18.696.904,33	23.041.525,39

Tabela 8 - Disponível em 2016 e em 2017

4.2.2 Desempenho Comparativo das Despesas Realizadas nos dois últimos exercícios

Despesa Orçamentária		
Despesas Correntes		
Título	2016	2017
Restos a Pagar Processados e Não Processados	278.105,29	217.032,75
Pessoal e Encargos	1.309.881,70	1.500.713,56
Outras Despesas Correntes	3.267.965,46	3.521.424,57
Soma	4.855.952,45	5.239.170,88
Despesas de Capital		
Investimentos	55.556,01	46.345,21
Soma	55.556,01	46.345,21
Total da Despesa Orçamentária		
Despesa Extra – Orçamentária	3.794.183,69	4.985.042,29
Soma	3.794.183,69	4.985.042,29

Tabela 9 - Comparativo de despesas realizadas em 2016 e em 2017

4.2.3 Saldo para o exercício de 2018

Disponível		
Bancos – Conta movimento	2016	2017
Bancos c/ movimento	214.332,10	165.012,92
Aplicações financeiras de Liquidez Imediata		
Aplicações financeiras – Recursos Vinculados	9.776.880,08	12.605.954,09
Soma	9.991.212,18	12.770.967,01
Total Geral da Execução Orçamentária e Financeira	18.696.904,33	23.041.525,39

Tabela 10 - Saldo para o exercício de 2018

4.3 Transferências de recursos realizadas no exercício de referência:

Durante o exercício de 2017, o CRA-ES foi contemplado com recursos aprovados pelo Plenário do Conselho Federal de Administração - CFA, em sua reunião realizada no dia 17/08/2017, na cidade de Macapá/AP, para atender aos seguintes projetos:

Discriminação dos projetos	Valor
Mês do Administrador	155.000,00
Pele de Vidro	15.033,00
Soma	170.033,00

Tabela 11 - Valores recebidos em 2017, via Plenário do CFA

5. Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos

5.1 Informações sobre a Estrutura de Pessoal do CRA-ES.

5.1.a Força de Trabalho

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2016

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
27	2	0	1

Tabela 12 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2016

Demonstrativo do Quadro de Pessoal do CRA-ES – 31/12/2017

Empregados	Estagiários	Admissão	Dispensa
24	6	0	3

Tabela 13 – Quadro de pessoal do CRA-ES em 2017

Movimentação de pessoal do CRA-ES em 2017

Movimentação do Quadro de Pessoal				Movimentação dos Estagiários		
31/12/2016	Admissão	Dispensa	31/12/2017	Contratados	Dispensados	Existentes
27	0	3	24	4	0	6

Tabela 14 - Movimentação de pessoal no CRA-ES

5.1.b Ingresso de funcionários

A admissão de funcionários para provimento de vagas dos cargos de carreira e cargos comissionados se dá em conformidade com a Resolução Normativa do CFA nº 266 de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a realização de processo de seleção pública para contratação de pessoal no Sistema CFA/CRA's. Aos critérios da Diretoria Executiva do CRA-ES, a admissão de funcionários para provimento de vagas em cargos comissionados, pode eventualmente ser efetuada por processo seletivo simples, dispensando a seleção pública, observando-se a legislação vigente.

5.1.c Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de servidores por Faixa Etária				
	Ate 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	7	9	3	1	2
1.1 Analista I	1	3	2	1	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	2
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	6	5	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	1	1	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	1	0	0
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especialista	0	0	1	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0
2.5 Assessor de Comunicação	0	0	0	0	0
2.6 Assessor de Treinamento e Eventos	0	1	0	0	0
2.7 Assistente de Gabinete	0	0	0	0	0
3. Totais (1 + 2)	7	10	4	1	2

Tabela 15 - Provimento de cargos no CRA-ES - por faixa etária

5.1.d Qualificação da Força de Trabalho de acordo com a estrutura de cargos e nível de escolaridade

Tipologia do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	1	18	3	0	0
1.1 Analista I	0	0	0	0	0	4	3	0	0
1.2 Analista II	0	0	0	0	0	2	0	0	0
1.3 Assistente Adm/Financeiro I	0	0	0	0	1	10	0	0	0
1.4 Assistente Adm/Financeiro II	0	0	0	0	0	2	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	0	1	0	1	0
2.1 Superintendente	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Gerente de Unidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Assessor Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.4 Assessor Técnico	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Assessor de Comunicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3 Assessor de Treinamento e Eventos	0	0	0	0	0	0	0	1	0
2.4 Assistente de Gabinete	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1 +2)	0	0	0	0	1	19	3	1	0
LEGENDA NÍVEL DE ESCOLARIDADE 1 - Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não classificada.									

Tabela 16 - Provimento de cargos no CRA-ES – por escolaridade

5.2. Em relação à desoneração da folha de pagamento propiciado pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012.

Os contratos de locação de mão de obra firmados pelo CRA-ES não envolvem empresas que tiveram desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011.

6. Conformidade e tratamento de disposições legais e normativas

Registramos que o Sistema CFA/CRA's detém o poder de polícia disciplinado pelo art. 78 do Código Tributário Nacional – CTN e suas receitas correntes são contribuições de interesse da categoria profissional de Administrador, ou seja: **“Espécie de contribuição que se caracteriza por atender a determinadas categorias profissionais ou econômicas, vinculando sua arrecadação às entidades que as instituíram. Não transitam pelo Orçamento da União.”**(grifo nosso)

Considerando que as prerrogativas do Código Tributário Nacional em consonância com a Lei nº 4.320/64, vigentes, possibilitam a continuidade administrativa, orçamentária, patrimonial e contábil e, são aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, estamos cientes de que as demonstrações contábeis do Conselho Federal de Administração estão elaboradas e apresentadas em observância às determinações legais, principalmente às determinações da Lei nº 4.320/64, Normas da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e das despesas em regime orçamentário.

Observando, ainda, a NBC 16.6, no que couber às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais.

6.1 Tratamento das determinações e recomendações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU

O CRA-ES sempre se pautou no cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis às Entidades Fiscalizadoras das Profissões Liberais, principalmente as determinações e recomendações desse Egrégio Tribunal de Contas. Como membro do Sistema CFA/CRA's elaborou o Relatório de Gestão do exercício de 2017 de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 161/2017, da Portaria TCU nº 65/2018 e das orientações do Conselho Federal de Administração Of. Circ. 9/2018/CFA, 16 de janeiro de 2018.

7. Informações Contábeis

Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9, NBC T 16.10 e NBC TSP – Estrutura Conceitual, publicadas pelas Resoluções CFC n.º 1.136/2008, 1.137/2008 e DOU 04/10/2016 ata CFC n.º 1.022, respectivamente, ou norma específica equivalente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da entidade.

7.1 Informações sobre a adoção das normas NCASP

7.1.1 Da depreciação, da amortização e da exaustão

A Contabilidade Brasileira tem evoluído com o objetivo de convergir às práticas de contabilidade vigentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido e em cumprimento aos que dispõem os arts. 106, § 3º, e 108, § 2º, da Lei n.º 4.320/64, a Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31/12/1998 e a Resolução CFC n.º 1.136, de 21/11/2008, que aprova a NBC T 16.9; o Conselho Federal de Administração criou o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA n.º 428, de 19/12/2012, abrangendo conceitos, procedimentos e instruções referentes à implantação da depreciação anual a ser realizada no âmbito do Sistema CFA/CRA's.

O CRA-ES está ciente da análise e apresentação das Demonstrações contábeis previstas pela Lei n.º 4.320/64 e pela NBC 16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, ou, ainda prevista na Lei n.º 6.404/76, incluindo as notas explicativas. As demonstrações contábeis do CRA-ES são elaboradas e apresentadas principalmente em observância às determinações contidas na Lei n.º 4.320/64 e disposições da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que preveem o registro das receitas e despesas em regime orçamentário. Essas demonstrações compreendem:

7.1.2 Balanço Patrimonial

Apresenta os saldos das contas patrimoniais, no valor de R\$ 40.273.786,05 (Quarenta milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), na data do levantamento do balanço em 31 de dezembro de 2017.

7.1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

Demonstra a apuração do superávit do exercício, no valor de R\$ 7.221.660,18 (Sete milhões, duzentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta reais e dezoito centavos), no findo em 31 de dezembro de 2017.

7.1.4 Balanço Financeiro

Demonstra os recursos obtidos e aplicados, no valor de R\$ 23.041.525,39 (Vinte de três milhões, quarenta e um mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos), durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com ênfase na variação das contas do disponível.

7.1.5 Balanço Orçamentário

Demonstra as receitas orçadas atualizadas, no valor de R\$ 7.659.758,00 (Sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais) e as arrecadadas no valor de R\$

8.134.210,50 (Oito milhões, cento e trinta e quatro mil, duzentos e dez reais e cinquenta centavos), bem como as despesas orçadas no valor de R\$ 7.659.758,00 (Sete milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e cinquenta e oito reais) e as executadas no valor de: Empenhada R\$ 5.285.516,09 (Cinco milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dezesseis reais e nove centavos); liquidada R\$ 5.191.552,26 (Cinco milhões, cento e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e vinte e seis centavos); e as Pagas R\$ 5.068.483,34 (Cinco milhões, sessenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos), conforme balanço Orçamentário do exercício de 2017.

7.2. Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6

7.2.1 Disponível

7.2.1.1 Caixas e Equivalentes de Caixa

As contas correntes mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal nos termos da legislação, apresenta o saldo de R\$ 165.012,92 (Cento e sessenta e cinco mil, doze reais e noventa e dois centavos) em 31 de dezembro de 2017.

As aplicações financeiras mantidas junto ao Banco do Brasil S/A e da Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação aplicável, apresenta o saldo de R\$ 12.605.954,09 (Doze milhões, seiscentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) na data do Balanço.

7.2.2 Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado. O estoque basicamente é de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sem a avaliação do custo após a sua aquisição, cujos valores ficam restritos aos registros contábeis e, respectiva documentação comprobatória, notas fiscais, que se encontram arquivadas juntamente com o controle da movimentação financeira diariamente contabilizada.

7.2.3 Imobilizado

O imobilizado está registrado, no valor de R\$ 6.859.543,73 (Seis milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos), ao custo de aquisição ou construção deduzidas as depreciações e amortizações.

A depreciação sobre os bens móveis é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação de Bens Patrimoniais, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, publicada no D.O. U. nº 223, de 20 de novembro de 2012 Seção 1 p. 140.

7.2.4 Despesas

Conforme disposto na Lei nº 4.320/64 as despesas orçamentárias são contabilizadas, com base no regime de competência.

7.2.5 Receitas de Contribuições

As Receitas de Contribuições são registradas pelo Regime Misto: de Caixa e de Competência, com base na lei 4.320/64 e dispositivos.

O Sistema CFA/CRA não arrecada Receitas de Contribuições. A receita enquadra-se no Grupo de Outras Contribuições Sociais, tais como: anuidades, registros, expedição de carteiras, sendo consideradas receitas parafiscais.

7.2.6 Receita de Serviços

Composição	2016	2017
Rendas e Emolumentos c/ Inscrição	71.753,61	64.575,04
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Carteiras	73.484,24	46.787,50
Rendas e Emolumentos c/ Expedição Certidões	209.599,23	214.350,94
Rendas e Emolumentos c/ Taxas Diversas	189.457,86	231.196,20
Soma	544.294,94	556.909,68

Tabela 17 - Composição das receitas de serviços

7.3 Relatório de Auditoria da Assessoria Especial de Auditoria do CFA

Conforme estabelece o inciso X do Art. 45 do Regimento Interno do Conselho Federal de Administração - CFA, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 432, de 8 de março de 2013, anualmente a Assessoria Especial de Auditoria do CFA realiza exames da formalização processual e dos dados de gestão orçamentária, financeira e patrimonial obtidos das demonstrações contábeis do CRA-ES, visando constatar se o processo de prestação de contas do CRA-ES está instruído pelas peças necessárias a sua apreciação pelo Plenário do CFA, assim como, aos normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, contendo inclusive os comparativos da execução orçamentária, Balanço Financeiro e Patrimonial Comparado e o Demonstrativo das Variações Patrimoniais, com posições no dia 31 de dezembro.



Conselho Federal de Administração

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Auditoria
Setor de Autarquias Sul - Quadra 01 - Bloco L, Edifício CFA, Brasília/DF, CEP 70070-932
Telefone: (61) 3218-1810 e Fax: - www.cfa.org.br

PARECER DA AUDITORIA INTERNA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CRA-ES DE 2017

À

Câmara de Administração e Finanças do CFA

1. INTRODUÇÃO

O Conselho Regional de Administração do Espírito Santo - CRA-ES, em 25/01/2018, por meio de mensagem eletrônica, transmitiu ao Conselho Federal de Administração – CFA, as peças que compõe a prestação de contas daquele Regional, referente ao exercício de 2017, conforme previsto na Resolução Normativa CFA nº 349 de 27 de novembro de 2017, sendo autuado no CFA o processo SEI nº 476900.000678/2018-26.

O presente Parecer trata do posicionamento desta Assessoria Especial de Auditoria, exclusivamente sobre a prestação de contas recebida no CFA, tendo como principal objetivo a observância ao Artigo 4º e Anexo Único da Portaria – TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, que dispõe sobre a estrutura geral de conteúdo dos relatórios de gestão e demais relatórios, pareceres, declarações e informações da prestação de contas ao TCU, contemplando ainda, a síntese das avaliações e dos resultados que fundamentaram a opinião.

Registre-se que a presente análise se restringe aos exames da formalização processual e dos dados de gestão orçamentária, financeira e patrimonial obtidos das demonstrações contábeis do CRA, não substituindo os exames de auditoria in loco, os quais serão realizados no decorrer do exercício de 2018, conforme cronograma aprovado.

2. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS

O artigo 2º da Resolução Normativa CFA nº 349 de 27/11/2007 estabelece que a prestação de contas anual dos Conselhos Regionais deve ser apresentada ao Conselho Federal de Administração até décimo quinto dia útil do mês de fevereiro de cada exercício financeiro.

O Ofício-Circular nº 37/2018/CFA, de 15/02/2018, encaminhado aos Conselhos Regionais estipulou as diretrizes pertinentes à consecução da Prestação de Contas referente ao exercício de 2017.

3. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

3.1. Orçamento aprovado para o exercício de 2017 – O CRA-ES teve seu orçamento aprovado pelo Conselho Federal de Administração na 25ª Reunião Plenária de 08/12/2016, abaixo demonstrado em conformidade aos respectivos registros contábeis, tendo sido realizada reformulação orçamentária no exercício.

Grupo	Valor em R\$
Receita Corrente	7.644.725,00
Receita de Capital	15.033,00
Despesa Corrente	7.561.308,00
Despesa de Capital	98.450,00

3.2. Execução orçamentária 2017 – O orçamento do CRA-ES importou em R\$ 7.659.758,00, apresentando a seguinte execução:

Especificação	Orçado	Realizado	% de Execução

Figura 3 – Parecer da Assessoria Especial de Auditoria do CFA – Pag. 1/5

RECEITA	7.659.758,00	8.134.210,50	106,20%
Receita Corrente	7.644.725,00	8.119.177,50	106,21%
Receitas de Contribuições	4.851.472,00	4.904.571,33	101,09%
Receitas Patrimoniais	489,00	794,40	162,45%
Receitas de Serviços	752.707,00	759.785,49	100,94%
Receitas Financeiras	1.465.832,00	1.396.702,29	95,28%
Transferências Correntes	155.000,00	155.000,00	100,00%
Outras Receitas Correntes	419.225,00	902.323,99	215,23%
Receitas de Capital	15.033,00	15.033,00	100,00%
DESPESA	7.659.758,00	5.191.552,26	67,77%
Despesa Corrente	7.561.308,00	5.145.207,05	68,04%
Pessoal, Encargos e Benefícios	2.723.304,39	2.540.304,94	93,28%
Diárias a Funcionários	33.748,00	32.402,41	96,01%
Material de Consumo	140.430,00	80.310,82	57,18%
Serviços de Terceiros Pessoa Física	31.970,00	25.240,00	78,94%
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1.096.348,77	711.347,83	64,88%
Diárias a Conselheiros/Colaboradores	47.612,00	30.876,33	64,84%
Serviços Bancários	137.500,00	104.422,94	75,94%
Demais Despesas Correntes	1.699.835,74	1.620.301,78	95,32%
Reserva de Contingências	1.650.649,10	0,00	0,00%
Despesa de Capital	98.450,00	46.345,21	47,07%
Bens Móveis/Intangíveis	98.450,00	46.345,21	47,07%
Superávit Orçamentário		2.942.658,24	

3.2.1. **Transposições orçamentárias** – Em relação aos valores orçados, o CRA-ES realizou no decorrer do exercício, transposições entre rubricas orçamentárias de despesas, com suplementações/reduções no montante de R\$ 343.566,75, equivalente a 4,48%, não alterando o orçamento inicial aprovado.

Orçamento inicial do Exercício	7.659.758,00
Suplementações/Reduções	343.566,75
Orçamento Final do Exercício	7.659.758,00

3.2.2. **Arrecadação** – As receitas arrecadadas de Anuidades de Pessoa Física (R\$ 3.521.462,20) e de Pessoa Jurídica (R\$ 1.383.109,13) apresentaram desempenhos satisfatórios, a primeira ultrapassando em 3,14% e a segunda atingindo 96,23% dos valores orçados, respectivamente.

3.2.3. **Despesas de Pessoal, Encargos e Benefícios** – R\$ 2.540.304,94 – Corresponderam a 48,93% do total das despesas realizadas no exercício análise.

3.2.4. **Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica** – R\$ 711.347,83 – As despesas com serviços de terceiros prestados por pessoas jurídicas representaram 13,70% do total das despesas realizadas no exercício destacando-se as seguintes rubricas:

Rubrica	Valor R\$
Manutenção de Software	109.554,25

Figura 3 – Parecer da Assessoria Especial de Auditoria do CFA – Pag. 2/5

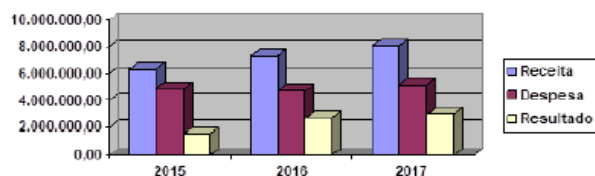
Manutenção de Rede e Equipamentos de Informática	30.295,83
Energia Elétrica	40.862,28
Comunicação Telefônica/Internet	31.046,97
Comunicação Postal	49.162,51
Limpeza e Conservação	141.108,34
Publicações	23.176,48
Comunicação e Divulgação	20.273,39
Serviços de Consultoria/Assessoria de Terceiros	44.281,08
Assessoria Contábil	57.157,51
Assessoria Jurídica	60.989,50
Reparos, Adaptações e Conservação de Bens e Imóveis	38.356,06
Demais Serviços de Pessoa Jurídica	65.083,63
Total	711.347,83

3.3. Execução orçamentária comparativa – Levando-se em consideração as principais naturezas de receita e de despesa, o CRA-ES apresentou o seguinte desempenho nos três últimos exercícios:

Em R\$

Especificação	2015	2016	2017
RECEITA	6.336.871,06	7.355.424,47	8.134.210,50
Receita Corrente	6.281.026,06	7.355.424,47	8.119.177,50
Receita de Capital	55.845,00	0,00	15.033,00
DESPESA	4.853.801,94	4.724.032,97	5.191.552,26
Despesa Corrente	4.775.165,00	4.668.476,96	5.145.207,05
Despesa de Capital	78.636,94	55.556,01	11.395,00
Superávit / (Déficit)	1.483.069,12	2.631.391,50	2.942.658,24

3.3.1. Gráfico: Resultados Orçamentários Comparados 2015/2016/2017



3.4. Resultados financeiro e patrimonial (comparativos) – Levando-se em consideração os grupos de contas, o CRA-ES apresentou a seguinte estatística nos três últimos exercícios:

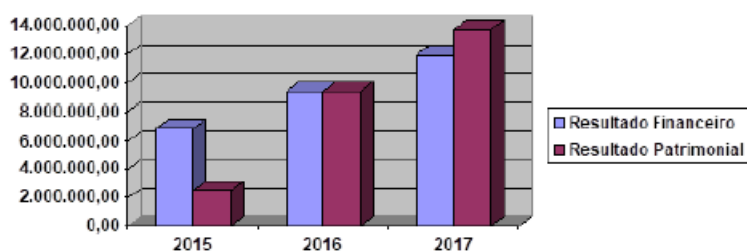
Em R\$

Especificação	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
---------------	------------	------------	------------

ATIVO	17.035.451,98	26.427.286,53	40.273.786,05
Ativo Circulante	7.579.202,06	10.417851,34	22.842.962,87
Caixa e Equivalente a Caixa	7.439.769,23	9.991.212,18	12.770.967,01
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	9.423.540,28
Demais Créditos e Valores a C.P.	139.432,83	426.639,16	648.455,58
Ativo Não-Circulante	9.456.249,92	16.009.435,19	17.430.823,18
Ativo Realizável a L.P.	2.195.104,27	8.761.920,91	10.569.981,07
Investimentos	1.298,38	1.298,38	1.298,38
Imobilizado	7.250.670,00	7.241.717,68	6.842.715,08
Intangível	9.177,27	4.498,19	16.828,65
Especificação	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
PASSIVO	17.035.451,98	26.427.286,53	40.273.786,05
Passivo Circulante	627.907,01	583.309,92	795.722,31
Obrig. Trab. Prev. e Assist. a Pagar a C.P.	193.880,72	224.034,88	219.114,89
Fornec. e Contas a Pagar a C.P.	11.408,64	11.810,28	43.721,54
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	920,35	856,48	2.796,84
Obrig. de Repartição a Outros Entes	83.017,64	88.259,61	78.406,96
Provisões a Curto Prazo	132.755,45	179.793,84	373.522,62
Demais Obrigações a C.P.	205.924,21	78.554,83	78.159,46
Passivo Não-Circulante	220.562,00	190.447,57	65.995,45
Resultado Diferido	220.562,00	190.447,57	65.995,45
Patrimônio Líquido	16.186.982,97	25.653.529,04	39.412.068,29
Resultados Acumulados	16.186.982,97	25.653.529,04	39.412.068,29
Especificação	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Superávit Financeiro			
¹ Superávit Financeiro (critério conservador)	6.811.862,22	9.407.902,26	11.975.244,70
Superávit Patrimonial			
(aumento do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior)	2.490.587,97	9.391.834,55	13.758.539,25

¹Superávit Financeiro (critério conservador) – Em que pese a legislação conceitua tal superávit como resultante da diferença entre o Ativo e Passivo Circulantes, demonstra-se acima sob critério conservador, pela diferença entre a Disponibilidade e o Passivo Circulante, visto que os créditos realizáveis que compõem o Ativo Circulante não têm prazo certo de realização.

3.4.1. Gráfico: Resultados financeiros e patrimoniais comparados 2015/2016/2017



4. POSICIONAMENTO DAS INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS DO CRA-ES

A Comissão de Tomada de Contas, designada pela Resolução CRA-ES nº 001/2017 emitiu Parecer, datado de 23/01/2018, manifestando-se pela aprovação da prestação de contas do Regional relativa ao exercício de 2017, sem indicação de ponto de ressalva ou recomendação, posicionamento seguido pelo Plenário do CRA-ES, conforme item 3 da Ata da Sessão Plenária CRA-ES nº 001 de 23/01/2018.

5. AUDITORIA *IN LOCO*

Conforme deliberado na 4ª Reunião Plenária, realizada em 1º de fevereiro de 2018, as contas do CRA-ES relativas ao exercício de 2017 serão auditadas, no decorrer do exercício de 2018, pela Assessoria Especial de Auditoria do CFA, responsável por expressar opinião sobre as demonstrações contábeis dos Conselhos Regionais de Administração - CRAs, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

6. PARECER CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA DO CFA SOBRE A FORMALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Em análise à formalização do processo de Prestação de Contas pelo Regional, aos aspectos de gestão demonstrados, e com base no posicionamento das instâncias deliberativas pertencentes àquela Autarquia, formamos opinião pela regularidade do referido processo, fato que não exime a Administração do CRA-ES da responsabilização por eventuais danos ao Erário e/ou não conformidades que venham a ser identificados durante a auditoria *in loco* sobre as contas do exercício de 2017.

Brasília/DF, 04 de maio de 2018.

Marcello Coutinho
Assessor Especial de Auditoria - CFA



Documento assinado eletronicamente por Cont. Marcello Augusto Batista Coutinho, Auditor de Normas e Controle Interno, em 04/05/2018, às 13:35, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador 0149123 e o código CRC 8BF7CAC.

Figura 3 – Parecer da Assessoria Especial de Auditoria do CFA – Pag. 5/5

8. RELACIONAMENTO

Os Administradores, Tecnólogos em Gestão, Técnicos de nível médio, Mestres e Doutores em Administração, assim como, o público têm livre acesso às Sessões Plenárias mensais, que são realizadas no auditório do CRA-ES, iniciando-se sempre 8h30min horas e têm duração média de duas horas.

Nas Sessões Plenárias, os Conselheiros apreciam e deliberam sobre registro, licença e cancelamento de registro de pessoas físicas e jurídicas. O Conselheiro Presidente e o Conselheiro Diretor Administrativo Financeiro informam aos demais e ao público presente, as ações ou fatos relevantes ocorridos na administração da autarquia.

O acesso à área de atendimento ao público, auditório e salas de aula é facilitado aos cadeirantes por meio de rampas e elevador, que obedecem as normas técnicas da ABNT, para cumprimento do que estabelece a Lei 10.098/2000 e o Decreto 5.296/2004.

Por fim, a Portaria CRA-ES nº 031/2017, de 28 de setembro de 2017, criou a Ouvidoria do CRA-ES, vinculada à Superintendência, que deverá exercer papel mediador e articulador nas relações envolvendo os integrantes da comunidade interna e externa, visando à melhoria de processos, produtos e serviços, prevenção e correção de erros, omissões, desvios ou abusos.

9. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A **Comissão de Planejamento e Inovação**, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 007 de 12 de janeiro de 2011, que tem com atribuição identificar e acompanhar atividades que proporcionem sustentabilidade, que atendam melhor os registrados, que proporcionem melhoria contínua nos processos internos, assim como, que ofereçam oportunidades de aprendizado e crescimento dos funcionários, contribui na gestão do CRA-ES. A Comissão é responsável pelo realimento constante do planejamento estratégico do CRA-ES.

Também contribui na gestão do CRA-ES a **Comissão Especial de Programação de Eventos do IAES**, criada pela Resolução Normativa CRA-ES nº 015 de 21 de novembro de 2011, que tem como atribuição elaborar programas e projetos de atividades autossustentáveis para o desenvolvimento da ciência da administração, com certificação ou não; exercer a coordenação e supervisão geral da realização de eventos e programar a locação de salas, do auditório e de espaços do CRA-ES.

Por fim, considerando o princípio constitucional da eficácia, por meio da Portaria CRA-ES nº 034/2017, de 19 de outubro de 2017, foi criada a **Comissão de Melhorias na Qualidade das Despesas do CRA-ES**, que avalia as despesas antes de serem autorizadas pela Diretoria Executiva, zelando com esse procedimento pelo recurso a ser gasto.

ANEXO I

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

Ativo

Discriminação	31/12/2016	31/12/2017	Variação
ATIVO CIRCULANTE	15.907.005,61	22.842.962,87	6.935.957,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.991.212,18	12.770.967,01	2.779.754,83
Créditos a Curto Prazo	5.489.154,27	9.423.540,28	3.934.386,01
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	426.639,16	648.455,58	221.816,42
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00	0,00
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	0,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.794.487,13	17.430.823,18	1.636.336,05
Ativo Realizáveis a longo Prazo	8.761.920,94	10.569.981,07	1.808.060,13
Créditos a Longo Prazo	8.758.320,94	10.566.381,07	1.808.060,13
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	0,00
Investimentos	1.298,38	1.298,38	0,00
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	0,00
Imobilizado	7.026.769,62	6.842.715,08	(184.054,54)
Bens Móveis	1.050.211,25	1.071.323,26	21.112,01
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.816.191,76	25.191,20
(-) Depreciação, Exaustão e Amortiz. Acumul.	814.442,19C	1.044.799,94C	230.357,75C
Intangível	4.498,19	16.828,65	12.330,46
Softwares	61.720,49	89.330,49	27.610,00
(-) amortização Acumulada	57.222,30C	72.501,84	15.279,54
Total do Ativo	31.701.492,74	40.273.786,05	8.572.293,31

Tabela 18 - Balanço patrimonial - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO
Passivo

Discriminação	31/12/2016	31/12/2017	Variação
PASSIVO CIRCULANTE	583.309,92	795.722,31	212.412,39
Obrigações trabalhistas, previdência e assistenciais a pagar a curto prazo	224.034,88	219.114,89	(4.919,99)
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a contas a pagar a curto prazo	11.810,28	43.721,54	31.911,26
Obrigações fiscais a curto prazo	856,48	2.796,84	1.940,36
Obrigações de repartição a outros entes	88.259,61	78.406,96	(9.852,65)
Provisões a curto prazo	179.793,84	373.522,62	193.728,78
Demais obrigações a curto prazo	78.554,83	78.159,46	(395,37)
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	190.447,57	65.995,45	(124.452,12)
Obrigações trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00
Resultado Diferido	190.447,57	65.995,45	(124.452,12)
TOTAL DO PASSIVO	773.757,49	861.717,76	87.960,27
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	0,00
Resultados Acumulados	30.927.735,25	39.412.068,29	8.484.333,04
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.927.735,25	39.412.068,29	8.484.333,04
Total do Passivo	31.701.492,74	40.273.786,05	8.572.293,31

Tabela 19 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO II

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada

(1/4)

Discriminação	Orçada	Arrecadada Período	Exercício	Diferença
RECEITA REALIZADA	7.659.758,00	478.119,06	8.134.210,50	(474.452,50)
RECEITA CORRENTE	7.644.725,00	478.119,06	8.119.177,50	(474.452,50)
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.851.472,00	194.397,01	4.904.571,33	(53.099,33)
ANUIDADES PESSOAS FÍSICAS	3.414.228,00	138.418,05	3.521.462,20	(107.234,20)
PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	2.848.498,00	79.558,78	2.614.381,93	234.116,07
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	2.848.498,00	79.558,78	2.614.381,93	234.116,07
Anuidade – Tecnólogos	0,00	0,00	0,00	0,00
PESSOAS FÍSICAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	565.730,00	58.859,27	907.080,27	(341.350,27)
Anuidade - Administrador e Outros Bacharéis	565.730,00	58.859,27	907.080,27	(341.350,27)
Anuidade – Tecnólogos	0,00	0,00	0,00	0,00
ANUIDADES DE PESSOAS JURÍDICAS	1.437.244,00	55.978,96	1.383.109,13	54.134,87
PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	1.295.982,00	52.165,05	1.220.275,92	75.706,08
Anuidade PJ	1.295.982,00	52.165,05	1.220.275,92	75.706,08
PESSOA JURÍDICA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	141.262,00	3.813,91	162.833,21	(21.571,21)
Anuidade PJ	141.262,00	3.813,91	162.833,21	(21.571,21)
RECEITA PATRIMONIAL	489,00	794,40	794,40	(305,40)
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	489,00	794,40	794,40	(305,40)
Aluguéis	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguéis – IAES	489,00	794,40	794,40	(305,40)
RECEITA DE SERVICOS	752.707,00	66.167,48	759.785,49	(7.078,49)
EMOLUMENTOS COM INSCRIÇÕES	68.082,00	9.026,76	64.575,04	3.506,96
Pessoas Físicas	37.623,00	5.075,00	29.404,45	8.218,55
Pessoas Jurídicas	30.459,00	3.951,76	35.170,59	(4.711,59)
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CARTEIRAS	78.019,00	6.546,95	46.787,50	31.231,50
Pessoas Físicas	78.019,00	6.546,95	46.787,50	31.231,50
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	236.988,00	10.099,23	214.350,94	22.637,06
Pessoas Físicas	24.444,00	1.183,61	23.628,00	816,00
Pessoas Jurídicas	212.544,00	8.915,62	190.722,94	21.821,06

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)
(2/4)

EMOLUMENTOS COM TAXAS DIVERSAS	188.370,00	23.331,36	231.196,20	(42.826,20)
Receita Taxas				
Cancelamento/licença/RRT e Recursos CFA	188.370,00	23.331,36	231.196,20	(42.826,20)
RECEITAS DIVERSAS DE SERVIÇOS	181.248,00	17.163,18	202.875,81	(21.627,81)
Mala Direta, Etiquetas e Outros	1.085,00	0,00	15,90	1.069,10
Inscrições de Processos Seletivos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscrições de Eventos – IAES	1.778,00	0,00	294,50	1.483,50
Recuperação Com Custos de Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00
Custas Processuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de Despesas Postais	1.506,00	0,00	689,16	816,84
Fotocópias	275,00	0,80	113,20	161,80
Doações/Bonificações – IAES	176.604,00	17.162,38	201.763,05	(25.159,05)
Outras Receitas –IAES	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCEIRAS	1.465.832,00	80.470,02	1.396.702,29	69.129,71
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	194.941,00	9.949,55	229.878,27	(34.937,27)
Pessoas Físicas	153.962,00	8.747,41	189.431,11	(35.469,11)
Pessoas Jurídicas	40.979,00	1.202,14	40.447,16	531,84
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	520,00	0,00	0,00	520,00
Pessoas Físicas	520,00	0,00	0,00	520,00
Pessoas Jurídicas	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS SOBRE ANUIDADES	28.203,00	2.393,83	37.452,04	(9.249,04)
Pessoas Físicas	20.226,00	1.994,58	27.774,10	(7.548,10)
Pessoas Jurídicas	7.977,00	399,25	9.677,94	(1.700,94)
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.242.168,00	68.126,64	1.129.371,98	112.796,02
Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Investimento Lastreados em Títulos do Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimento s/ Aplicação Financeira em CDB/CDI	1.242.168,00	68.126,64	1.129.371,98	112.796,02
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	155.000,00	0,00	155.000,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intragovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	0,00	0,00	0,00	0,00

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)

(3/4)

Proder 2017	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a CRA em Convênio Pró-evento FIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Auxílios Financeiros a CRAs	0,00	0,00	0,00	0,00
Projeto Mês ADM 2017	155.000,00	0,00	155.000,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	419.225,00	136.290,15	902.323,99	(483.098,99)
DÍVIDA ATIVA	404.226,00	135.899,55	868.723,02	(464.497,02)
DÍVIDA ATIVA EM FASE ADMINISTRATIVA	126.237,00	32.085,01	316.419,11	(190.182,11)
Anuidades/Taxas	86.887,00	24.282,02	227.728,44	(140.841,44)
Auto de Infração	0,00	0,00	0,00	0,00
Multa s/ Dívida Ativa	2.116,00	416,77	4.121,77	(2.005,77)
Juros s/ Dívida Ativa	37.234,00	7.386,22	84.568,90	(47.334,90)
DÍVIDA ATIVA EM FASE EXECUTIVA	267.529,00	98.641,44	544.113,91	(276.584,91)
Anuidades/Taxas	177.129,00	82.828,10	391.862,02	(214.733,02)
Multas s/ Dívida Ativa	3.889,00	1.365,59	6.012,32	(2.123,32)
Juros s/ Dívida Ativa	82.478,00	13.306,07	140.249,75	(57.771,75)
Custas Processuais Dívida Ativa Executiva	4.033,00	1.141,68	5.989,82	(1.956,82)
MULTAS DE INFRAÇÃO	10.460,00	5.173,10	8.190,00	2.270,00
Auto de Infração Pessoa Física	0,00	0,00	0,00	0,00
Auto de Infração Pessoa Jurídica	10.460,00	5.173,10	8.190,00	2.270,00
MULTAS DE INFRAÇÕES	14.999,00	390,60	31.052,81	(16.053,81)
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	2.548,16	(2.548,16)
Indenizações	0,00	0,00	1.935,73	(1.935,73)
Restituições	0,00	0,00	612,43	(612,43)
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas a Classificar	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
OPERAÇÕES DE CREDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
EMPRESTIMOS TOMADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos p/Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Móveis e Utensílios de Escritórios	0,00	0,00	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00

Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada (continuação)

(4/4)

Utensílios de Copa e Cozinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Veículos	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamentos de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Sistemas de Processamento de Dados	0,00	0,00	0,00	0,00
Biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE TÍTULOS E AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de Renda	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZACOES EMPREST. A ENTIDADES PUBLICAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para Despesas de Custeio	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos P/ Aquisição, Constr. e Reforma de Sede	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	0,00	0,00	0,00	0,00
Ampliação de Hardwares	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS	7.659.758,00	478.119,06	8.134.210,50	(474.452,50)

Tabela 20 - Comparativo da Receita Orçada com a Realizada

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada
(1/4)

Discriminação	Orçada	Realizada no Período	Exercício	Diferença
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	7.561.308,00	490.498,10	5.145.207,05	2.416.100,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.151.156,21	223.125,63	1.981.326,92	169.829,29
REMUNERAÇÃO PESSOAL	1.637.999,28	162.340,55	1.500.713,56	137.285,72
Salários	829.884,00	58.022,67	773.057,94	56.826,06
Cargo em Comissão	157.357,00	8.815,52	144.946,06	12.410,94
Gratificação de Função	194.988,00	15.313,11	177.250,99	17.737,01
Bonificação p/Metas	104.875,35	0,00	104.875,35	0,00
Gratificação de Natal - 13º Salário	107.607,00	50.095,02	105.966,49	1.640,51
Abono Pecuniário de Férias	13.349,21	0,00	4.434,27	8.914,94
Férias e 1/3 de Férias - CF/88	168.795,00	28.867,81	163.062,94	5.732,06
Horas Extras	6.000,00	0,00	1.542,54	4.457,46
Substituições	20.000,00	1.226,42	10.433,26	9.566,74
Indenizações Trabalhistas - Aviso Prévio	35.143,72	0,00	15.143,72	20.000,00
ENCARGOS PATRONAIS	513.156,93	60.785,08	480.613,36	32.543,57
INSS Patronal	341.814,12	45.673,48	319.376,51	22.437,61
INSS Terceiros	430,00	0,00	56,28	373,72
FGTS	154.828,27	12.987,24	146.479,61	8.348,66
PIS/PASEP Sobre Folha de Pagamento	16.084,54	2.124,36	14.700,96	1.383,58
Outros Encargos Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.001.931,95	160.753,28	1.483.469,00	518.462,95
BENEFÍCIOS A PESSOAL	572.149,18	49.938,29	558.978,02	13.171,16
Vale Transporte	20.830,00	1.403,32	12.069,14	8.760,86
Auxílio Alimentação	251.423,49	22.888,00	251.228,25	195,24
Plano de Saúde	291.930,69	25.578,57	288.148,72	3.781,97
Seguro de Vida em Grupo	1.240,00	68,40	806,91	433,09
Bolsa de Estudo	6.725,00	0,00	6.725,00	0,00
USO DE BENS E SERVIÇOS	333.434,00	17.227,32	213.143,15	120.290,85
MATERIAL DE CONSUMO	140.430,00	2.861,82	80.310,82	60.119,18
Materiais de Expediente/Informática	30.000,00	756,00	18.883,57	11.116,43
Carteiras de Identificação Profissional	4.864,00	0,00	4.864,00	0,00
Materiais para Manutenção de Bens Móveis e Utensílios	2.000,00	0,00	670,97	1.329,03
Materiais para Manutenção de Máquinas e Equipamentos	2.000,00	220,00	220,00	1.780,00

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(2/4)

Materiais para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações	8.000,00	784,40	5.841,34	2.158,66
Materiais de Copa e Cozinha	1.110,00	0,00	878,80	231,20
Uniformes	18.812,00	0,00	2.202,00	16.610,00
Gêneros de Alimentação	7.200,00	313,92	7.198,46	1,54
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	15.160,00	0,00	13.044,71	2.115,29
Fornecimento de Alimentação	51.284,00	787,50	26.506,97	24.777,03
OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	23.500,00	675,00	2.991,40	20.508,60
Materiais Institucionais	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
Outros Materiais de Consumo	4.500,00	675,00	2.991,40	1.508,60
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	31.970,00	3.640,00	25.240,00	6.730,00
Estagiário por Tempo Determinado	29.970,00	3.640,00	25.240,00	4.730,00
Diversos Serviços de Terceiros - PF	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
DIÁRIAS	81.360,00	3.375,20	63.278,74	18.081,26
Diárias – Funcionários	33.748,00	(26,40)	32.402,41	1.345,59
Diárias - Conselheiros/Colaboradores	47.612,00	3.401,60	30.876,33	16.735,67
PASSAGENS	36.770,00	5.371,30	28.727,19	8.042,81
Passagens - Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	36.770,00	5.371,30	28.727,19	8.042,81
HOSPEDAGENS E ALIMENTAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Funcionários/Conselheiros/Colaboradores	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM LOCOMOÇÃO – REUNIÕES	19.404,00	1.304,00	12.595,00	6.809,00
Disp. Locomoção - Conselheiros	19.404,00	1.304,00	12.595,00	6.809,00
SERVICOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	1.096.348,77	93.587,67	711.347,83	385.000,94
Manutenção de Software	120.987,00	10.080,10	109.554,25	11.432,75
Manutenção de Rede e Equipamentos de Informática	30.469,00	5.295,66	30.295,83	173,17
Assinatura de Jornais e Periódicos	416,40	0,00	416,40	0,00
Energia Elétrica	48.860,67	4.001,61	40.862,28	7.998,39
Água e Esgoto	6.569,80	1.162,74	6.159,92	409,88
Comunicação Telefônica/Internet	38.221,62	4.307,59	31.046,97	7.174,65
Comunicação Postal	64.000,00	2.717,13	49.162,51	14.837,49
Locação de Equip. e Bens Móveis em Geral	27.467,00	1.339,33	10.558,54	16.908,46
Seguro em Geral	3.960,00	2.477,62	3.437,62	522,38
Intermediação de Estágio	2.916,00	280,00	1.633,90	1.282,10

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(3/4)

Seleção e Treinamento	14.060,00	0,00	8.273,00	5.787,00
Limpeza e Conservação	175.188,28	13.412,33	141.108,34	34.079,94
Publicações	24.420,00	2.736,51	23.176,48	1.243,52
Impressões Gráficas/Jornais/Cópias e Encadernações	16.340,00	0,00	410,00	15.930,00
Segurança Eletrônica	9.504,00	770,00	9.240,00	264,00
Eventos	155.500,00	7.254,00	16.634,00	138.866,00
Instituto de Administração do ES	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação e Divulgação	102.184,00	912,50	20.273,39	81.910,61
Serviços de Consultoria/Assessoria de Terceiros	55.802,00	4.212,50	44.281,08	11.520,92
Assessoria Contábil	64.546,00	5.290,46	57.157,51	7.388,49
Assessoria Jurídica	67.293,00	5.544,50	60.989,50	6.303,50
Assessoria a Restrição de Créditos	6.000,00	0,00	4.535,11	1.464,89
Outros Serviços – PJ	10.158,00	103,86	3.785,14	6.372,86
Reparos, Adaptações e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	51.486,00	21.689,23	38.356,06	13.129,94
TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRIBUTOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Cota Parte	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DESPESAS CORRENTES	92.641,00	11.461,27	66.017,85	26.623,15
Sentenças Judiciais	30.000,00	4.996,16	19.707,18	10.292,82
Indenizações, Restituições e Reposições	7.500,00	(75,00)	5.701,56	1.798,44
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	6.000,00	(460,10)	786,23	5.213,77
Homenagens	4.988,00	671,00	3.407,00	1.581,00
Patrocínio	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
Despesas Cartoriais e Taxas	14.153,00	937,12	12.288,61	1.864,39
Execução Fiscal	27.000,00	5.392,09	24.127,27	2.872,73
SERVIÇOS BANCÁRIOS	137.500,00	7.593,22	104.422,94	33.077,06
Tarifas Sobre Serviços Bancários	2.500,00	269,09	2.312,18	187,82
Despesas com Cobrança	59.000,00	1.926,09	33.456,02	25.543,98
Despesas Com Cobrança s/Cartão	76.000,00	5.398,04	68.654,74	7.345,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.527.429,74	87.564,70	1.509.970,34	17.459,40
SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.343.176,83	78.406,96	1.325.717,43	17.459,40
Cota Parte CFA	1.343.176,83	78.406,96	1.325.717,43	17.459,40

Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada (continuação)
(4/4)

TRANSFERÊNCIA DE CUSTEIO DE PROJETOS	184.252,91	9.157,74	184.252,91	0,00
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	28.205,17	0,00	28.205,17	0,00
PRODER 2016	28.205,17	0,00	28.205,17	0,00
Projeto Mês ADM 2017	156.047,74	9.157,74	156.047,74	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA	1.650.649,10	0,00	0,00	1.650.649,10
Reserva de Contingência	1.650.649,10	0,00	0,00	1.650.649,10
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	98.450,00	7.594,50	46.345,21	52.104,79
INVESTIMENTOS	83.417,00	7.594,50	31.312,21	52.104,79
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	26.000,00	865,50	10.158,20	15.841,80
Obras/Reformas e Instalações	26.000,00	865,50	10.158,20	15.841,80
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	55.147,00	6.729,00	21.154,01	33.992,99
Móveis e Utensílios	25.000,00	0,00	8.267,02	16.732,98
Máquinas e Equipamentos	17.718,00	0,00	6.157,99	11.560,01
Utensílios de Copa e Cozinha	700,00	0,00	0,00	700,00
Equipamentos de Informática	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Imagem e Som	6.729,00	6.729,00	6.729,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Salas	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00
INTANGÍVEL	2.270,00	0,00	0,00	2.270,00
Sistemas de Informática e Processamento de Dados - Softwares	2.270,00	0,00	0,00	2.270,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AMORTIZAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CAPITAL	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
Transferência de Custeio de Projetos - PRODER	0,00	0,00	0,00	0,00
PRODER 2016	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Aprovados em Plenário CFA	15.033,00	0,00	15.033,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS - LIQUIDADAS	7.659.758,00	498.092,60	5.191.552,26	2.468.205,74

Tabela 21 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

ANEXO III
BALANÇO FINANCEIRO
RECEITAS

Títulos	31/12/2016	31/12/2017
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	7.355.424,47	8.134.210,50
RECEITA REALIZADA	7.355.424,47	8.134.210,50
Receitas Correntes	7.355.424,47	8.119.177,50
Contribuições	4.686.624,61	4.904.571,33
Receita Patrimonial	488,70	794,40
Receita de Serviços	544.294,94	556.909,68
Outras Receitas Correntes	207.090,34	236.476,78
Receitas Financeiras	1.487.085,11	1.396.702,29
Transferências Correntes	45.101,70	155.000,00
Receitas da Dívida Ativa	384.739,07	868.723,02
Subtotal (Receitas Correntes):	7.355.424,47	8.119.177,50
Receitas de Capital	0,00	15.033,00
Transferências e Capital	0,00	15.033,00
Subtotal (Receitas de Capital):	0,00	15.033,00
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Receita Extra Orçamentária.	3.901.710,63	4.916.102,71
Subtotal (Receitas Extra Orçamentárias):	3.901.710,63	4.916.102,71
DISPONÍVEL		
Saldo do Exercício Anterior	7.439.769,23	9.991.212,18
Total do Ativo do Balanço Financeiro	18.696.904,33	23.041.525,39

Tabela 22 - Balanço financeiro – Receitas

BALANÇO FINANCEIRO**DESPESAS**

Títulos	31/12/2016	31/12/2017
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	4.911.508,46	5.285.516,09
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	187.475,49	93.963,83
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO	90.629,80	123.068,92
CRÉDITO EMPENHADO – PAGO	4.633.403,17	5.068.483,34
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos Sociais	1.309.881,70	1.500.713,56
Encargos Patronais	444.212,69	441.369,06
Outras Despesas Correntes	1.558.768,65	1.478.051,34
Demais Despesas Correntes	78.903,48	66.017,85
Despesas Bancárias	76.292,78	104.422,94
Transferências Correntes	1.109.787,86	1.431.563,38
Subtotal (Despesas Correntes):	4.577.847,16	5.022.138,13
Despesas de Capital		
Investimentos	48.717,01	31.312,21
Outras Despesas Capital	6.839,00	15.033,00
Subtotal (Despesas de Capital):	55.556,01	46.345,21
TOTAL DESP. ORÇAMENTÁRIA – LIQUIDADA		
EXTRAORÇAMENTÁRIA		
Despesa Extra Orçamentária	3.794.183,69	4.985.042,29
Subtotal (Despesas Extra Orçamentárias):	3.794.183,69	4.985.042,29
DISPONÍVEL		
Disponível	9.991.212,18	12.770.967,01
Saldo para o Exercício Seguinte	9.991.212,18	12.770.967,01
Total do Passivo do Balanço Financeiro	18.696.904,33	23.041.525,39

Tabela 23 - Balanço financeiro – Despesas

ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES ATIVAS

Títulos	2017
Variação Patrimonial Aumentativa	12.951.246,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	235.980,53
Taxas	235.980,53
Taxas pela Prestação de Serviços	235.980,53
Contribuições	7.043.421,56
Contribuições Sociais	7.043.421,56
Contribuições Sociais	7.043.421,56
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	536.575,04
Exploração de Bens Direitos e Prestação de Serviços	536.575,04
Valor Bruto de Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	536.575,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.125.784,18
Juros e Encargos de Mora	908.338,44
Outros Juros e Encargos de Mora	908.338,44
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	1.217.445,74
Multas Sobre Anuidades	1.217.445,74
Transferências Recebidas	170.033,00
Transferências Intragovernamentais	170.033,00
Transferências Intragovernamentais	170.033,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.839.452,54
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.839.452,54
Multas Administrativas	29.874,30
Indenizações	2.548,16
Reversão de Provisões	0,00
Dívida Ativa	2.807.030,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	0,07
Total das Variações Ativas:	12.951.246,85
Déficit do Exercício	0,00
Total	12.951.246,85

Tabela 24 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações ativas

DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
VARIAÇÕES PASSIVAS

Títulos	2017
Variação Patrimonial Diminutiva	5.729.586,67
Pessoal e Encargos	2.520.103,29
Remuneração de Pessoal	1.485.233,37
Remuneração a Pessoal – RPPS	1.485.233,37
Encargos Patronais	475.891,90
Encargos Patronais – RPPS	475.891,90
Benefícios a Pessoal	558.978,02
Benefícios a Pessoal – RPPS	558.978,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.432.130,11
Uso de Material de Consumo	179.673,82
Consumo de Material	179.673,82
Serviços	1.006.801,15
Diárias	63.278,74
Serviços Terceiros - Pessoas Físicas	66.562,19
Serviços Terceiros - Pessoas Jurídicas	876.960,22
Depreciação, Amortização e Exaustão	245.655,14
Depreciação	230.375,60
Amortização	15.279,54
Transferências Concedidas	1.509.970,34
Transferências Intragovernamentais	1.509.970,34
Transferências Intragovernamentais	1.509.970,34
Desvalorização e Perda de Ativos	200.371,48
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	200.371,48
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado	24,15
Variação Patrimonial Diminutiva com Provisão para Perdas de Créditos	200.347,33
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	67.011,45
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	67.011,45
Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	67.011,45
Total das Variações Passivas	5.729.586,67
Superávit do Exercício	7.221.660,18
Total	12.951.246,85

Tabela 25 - Demonstrativo das variações patrimoniais - Variações passivas

ANEXO V

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

ATIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2016	31.12.2017	Para mais	Para menos
ATIVO CIRCULANTE	15.907.005,61	22.842.962,87	6.935.957,26	
DISPONÍVEL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.991.212,18	12.770.967,01	2.779.754,83	
Créditos a Curto Prazo	5.489.154,27	9.423.540,28	3.934.386,01	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	426.639,16	648.455,58	221.816,42	
Investimentos	0,00	0,00	-	-
Estoque	0,00	0,00	-	-
Variações Patrimoniais diminutivas Pagas Antec.	0,00	0,00	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.794.487,13	17.430.823,18	1.636.336,05	-
Ativo Realizáveis a Longo Prazo	8.761.920,94	10.569.981,07	1.808.060,13	
Crédito a Longo Prazo	8.758.320,94	10.566.381,07	1.808.060,13	
Demais Créditos a Valores a Longo Prazo	3.600,00	3.600,00	-	-
Investimentos	1.298,38	1.298,38	-	-
Participações Permanentes	1.298,38	1.298,38	-	-
Imobilizados	7.026.769,62	6.842.715,08		184.054,54
Bens Moveis	1.050.211,25	1.071.323,26		21.112,01
Bens Imóveis	6.791.000,56	6.816.191,76	25.191,20	
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumulada	814.442,19C	1.044.799,94C	230.357,75C	
Intangível	4.498,19	16.828,65	12.330,46	
Softwares	61.720,49	89.330,49	27.610,00	
(-) Amortização Acumulada	57.222,30C	72.501,84C	15.279,54C	
Total de Ativos	31.701.492,74	40.273.786,05	8.572.293,31	

Tabela 26 - Balanço Patrimonial Comparado - Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO

PASSIVO

Títulos	Saldo em	Saldo em	Variações	
	31.12.2016	31.12.2017	Para mais	Para menos
PASSIVO CIRCULANTE	583.309,92	795.722,31	212.412,39	
Obrigações Trabalhista, previdenciário e assistenciais a pagar a curto prazo	224.034,88	219.114,89		4.919,99
Empréstimos e financiamento a curto prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	11.810,28	43.721,54	31.911,26	
Obrigações fiscais a curto prazo	856,48	2.796,84	1.940,36	
Obrigações de repartição a outros entes	88.259,61	78.406,96		9.852,65
Provisões a curto prazo	179.793,84	373.522,62	193.728,78	
Demais obrigações a curto prazo	78.554,83	78.159,46		395,37
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	190.447,57	65.995,45		124.452,12
Obrigações Trabalhistas, previdências e assistenciais a pagar a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Empréstimos e financiamento a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Fornecedores a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Provisões a longo prazo	0,00	0,00	-	-
Resultado Diferido	190.447,57	65.995,45		124.452,12
TOTAL DO PASSIVO	773.757,49	861.717,76	87.960,27	
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00	-	-
Resultados Acumulados	30.927.735,25	39.412.068,29	8.484.333,04	-
TOTAL DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.927.735,25	39.412.068,29	8.484.333,04	-
Total do Passivo	31.701.492,74	40.273.786,05	8.572.293,31	-

Tabela 27 - Balanço patrimonial comparado - Passivo

ANEXO VI

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(1/2)

INGRESSOS	2016	2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
Receitas Corrente	7.355.424,47	8.119.177,50
Receitas de Contribuições	4.686.624,61	4.904.571,33
Anuidades Pessoas Físicas	3.322.166,23	3.521.462,20
Pessoas Físicas do Exercício	2.624.516,13	2.614.381,93
Pessoas Físicas do Exercício Anteriores	697.650,10	907.080,27
Anuidades de Pessoas Jurídicas	1.364.458,38	1.383.109,13
Pessoas Jurídica do Exercício	1.231.731,03	1.220.275,92
Pessoas Jurídica de Exercícios Anteriores	132.727,35	162.833,21
Receita Patrimonial	488,70	794,40
Receitas Imobiliárias	488,70	794,40
Receitas de Serviços	730.538,91	759.785,49
Emolumentos com Inscrições	71.753,61	64.575,04
Emolumento com Expedições de Carteiras	73.484,24	46.787,50
Emolumento com Expedições de Certidões	209.599,23	214.350,94
Emolumento com Taxas Diversas	189.457,86	231.196,20
Receitas Diversas de Serviços	186.243,97	202.875,81
Financeiras	1.487.085,11	1.396.702,29
Juros de Mora sobre Anuidade	220.378,46	229.878,27
Juros de Morada sobre Multas de Infrações	520,00	0,00
Multas sobre as Anuidades	30.203,40	37.452,04
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	1.235.983,25	1.129.371,98
Transferências Correntes	45.101,70	155.000,00
Transferências de Recursos do PRODER ao CRA	45.101,70	0,00
Outras Receitas Correntes	405.585,44	902.323,99
Dívidas Ativa	384.739,07	868.723,02
Divida Ativa em Fase Administrativa	131.723,14	316.419,11
Divida Ativa em Fase Executiva	244.032,59	544.113,91
Multas de Infração	8.983,34	8.190,00
Indenizações e Restituições	1.783,00	2.548,16
Ingressos Extraorçamentários		
Outros ingressos	3.623.605,34	4.699.069,96
DESEMBOLSOS		
Despesas Correntes	4.577.847,16	5.022.138,13
Pessoas e Encargos Sociais	1.309.881,70	1.500.713,56
Encargos Patronais	444.212,69	441.369,06
Outras Despesas Correntes	1.558.768,65	1.478.051,34
Demais Despesas Correntes	78.903,48	66.017,85
Serviços Bancarias	76.292,78	104.422,94
Transferências Correntes	1.109.787,86	1.431.563,38

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(2/2)

DESEMBOLSOS	2016	2017
Desembolsos extraorçamentários	0,00	0,00
Outros desembolsos	3.794.183,69	4.985.042,29
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.606.998,96	2.811.067,04
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
Transferências de Capital	0,00	15.033,00
Transferências	0,00	15.033,00
DESEMBOLSOS		
Investimentos	48.717,01	31.312,21
Outras Despesas Capital	6.839,00	15.033,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-55.556,01	-31.312,21
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS		
INGRESSOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.551.442,95	2.779.754,83
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	7.439.769,23	9.991.212,18
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	9.991.212,18	12.770.967,01

Tabela 28 – Demonstrativo de Fluxo de Caixa

ANEXO VII

TERMO CONFERÊNCIA DE CAIXA

Os abaixo assinados, designados, pelo Conselho Regional de Administração do Espírito Santo declaram, por este TERMO DE VERIFICAÇÃO DE CAIXA que o SALDO DE CAIXA, em 31/12/2017, apresenta a seguinte posição:

Discriminação	Valor (R\$)
DISPONIVEL	
- Em espécie	-
- Em Cheques Pré-datados	-
- Em Cheques depositados e devolvidos p/Banco	-
- Em Cheques não considerados p/ Caixa	-
Total existente em caixa	-

Tabela 29 - Conferência de Caixa

ANEXO VIII

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Composição	2016	2017
Despesas a serem ressarcidas ao CRA	130,69	109,05
Despesas a serem ressarcidas p/ Empregados	-	-
Adiant.(Férias, 13º Salário e Parc. Férias)	20.299,83	18.170,29
Parcelamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxílio Refeição	-	-
Apropriação Adiantamento de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 1/3 de Férias	-	-
Apropriação Adiant. Auxilio Transporte	-	-
Apropriação Adiant. Abono Pecuniário de Férias	-	-
Apropriação Adiant. 13º Salário	-	-
Entidades Públicas Devedores	1.498,46	1.498,46
Soma	21.928,98	19.777,80

Tabela 30 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

O ativo Imobilizado da entidade, em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 6.859.543,73 (Seis milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, cinquenta e quarenta e três reais e setenta e três centavos), está composto conforme apresentado na tabela abaixo:

Ativo Não Circulante – Imobilizado

Contas Contábeis	2016			2017		
	Valor Contábil	Depreciação	Saldo 31/12/2016	Valor Contábil	Depreciação	Saldo 31/12/2017
BENS IMÓVEIS						
Prédios	6.769.314,50	214.948,06	6.554.366,44	6.791.000,56	357.056,58	6.433.943,98
Obras/Reformas e Instalações	21.686,06	-	21.686,06	25.191,20	-	25.191,20
Total dos Imóveis	6.791.000,56	214.948,06	6.576.052,50	6.816.191,76	357.056,58	6.459.135,18
BENS MÓVEIS						
Bens Móveis	1.008.144,25	599.494,13	408.650,12	1.029.256,26	679.329,92	349.926,34
Bens Intangíveis	61.720,49	57.222,30	4.498,19	89.330,49	72.501,84	16.828,65
Bens Automotores	42.067,00	-	42.067,00	42.067,00	8.413,44	33.653,56
Ações Ant.Telebrás	-	-	-	-	-	-
Total dos Móveis.	1.111.931,74	656.716,43	455.215,31	1.160.653,75	760.245,20	400.408,55
Total do Imobilizado	7.902.932,30	871.664,49	7.031.267,81	7.976.845,51	1.117.301,78	6.859.543,73

Tabela 31 - Ativo não circulante - Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são depreciados de acordo com as orientações contidas no Manual de Depreciação de Bens aprovado regulamentado para o Sistema CFA/CRA's pela Resolução Normativa CFA nº 428/2012, ou seja, pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens.

Movimentação do Imobilizado – Bens Imóveis

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Saldo Residual em 31/12/2016	Baixa 2017	Saldo em 31/12/2017	Saldo Residual em 31/12/2017
Edifício sede do CRA-ES	6.554.366,44	6.554.366,44	-	6.433.943,98	6.433.943,98
Obras/Reformas e Instalações	21.686,06	21.686,06	-	25.191,20	25.191,20
Total Bens Imóveis	6.576.052,50	6.576.052,50	-	6.459.135,18	6.459.135,18

Tabela 32 - Movimento do imobilizado - bens imóveis

Movimentação do Imobilizado – Bens Móveis

Descrição	Depreciação 2016	Saldo Residual 31/12/2016	Aquisições 2017	Incorporações 2017	Baixas 2017	Depreciação 2017	Saldo Residual 31/12/2017
Bens Móveis	111.691,65	408.650,12	21.154,01	-	42,00	79.871,49	349.890,64
Bens Intangíveis	4.679,08	4.498,19	27.610,00	-	-	15.279,54	16.828,65
Automotores	-	42.067,00	-	-	-	8.413,44	33.653,56
Ações Telebrás	-	-	-	-	-	-	-
Total Bens Móveis	116.370,73	455.215,31	48.764,01	-	42,00	103.564,47	400.372,85

Tabela 33 - Movimento do imobilizado - bens móveis

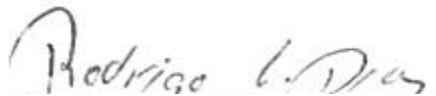
ANEXO IX
CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS
DECLARAÇÃO

Declaramos que os valores dos saldos existentes nas contas bancárias, verificado por meio de extratos, coincidem com os valores registrados nos Demonstrativos Contábeis. Portanto, não existem contas a serem conciliadas.

Vitória/ES, 31 de dezembro de 2017.



Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente – CRA-ES nº 0058



Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC-ES nº 018993/P-3
CPF 116.075.907-35

ANEXO X

DEMONSTRATIVO ANALITICO DE RESTOS A PAGAR DIVIDAS E ÔNUS REAIS

Itens	Data	Nome do credor	Valor
11	31/12/2017	Ministério da Assistência e Previdência Social - MPAS	24.132,70
13	31/12/2017	Secretaria da Receita Federal do Brasil	2.124,36
34	31/12/2017	Jurídico Guedes Advogados Associados	5.544,50
85	31/12/2017	Claro S.A. (NET)	164,90
99	31/12/2017	Centro de Integração Empresa-Escola do Espírito Santo	240,00
108	31/12/2017	Criar Comunicação Integrada Ltda ME	4.212,50
143	31/12/2017	Claro S.A (Embratel)	1.599,99
171	31/12/2017	Câmara de Dirigentes Lojistas de Vitória	11,44
220	31/12/2017	Telefônica Brasil S/A	318,35
256	31/12/2017	MFX Serviços e Construções EIRELI	964,23
283	31/12/2017	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	3.900,00
328	31/12/2017	AZ Turismo e Viagens Ltda	2.000,00
355	31/12/2017	SEMETRA Serviço de Medicina do Trabalho Ltda	74,00
370	31/12/2017	Yuki & Fleming Criação Ltda ME	1.620,00
381	31/12/2017	Implanta Informática Ltda	10.080,10
497	31/12/2017	Maruípe Comercio de Gás Ltda – ME	220,00
499	31/12/2017	Espírito Santo Tecnologia e Serviço de Informática Ltda ME	2.562,83
507	31/12/2017	Intellyone Tecnologia & Serviços Ltda	2.332,99
526	31/12/2017	Instituto Euvaldo Lodi - IEL-ES	1.480,00
537	31/12/2017	Funcionários Diversos	12.987,24
545	31/12/2017	EGS Elevadores Ltda EPP.	600,00
547	31/12/2017	Conselho Federal de Administração – CFA	78.406,96
558	31/12/2017	Ato Soluções em Impressão Ltda – ME	824,00
559	31/12/2017	Companhia Espírito Santense de Saneamento - Cesan	531,60
560	31/12/2017	Espírito Santo Tecnologia e Serviço de Informática Ltda ME	2.175,00
569	31/12/2017	Telefônica Brasil S/A	563,94
586	31/12/2017	Confecções Zagnoli Ltda EPP	14.800,00
599	31/12/2017	Made Informática Ltda – ME	11.530,00
600	31/12/2017	Made Informática Ltda – ME	1.900,00
601	31/12/2017	Petrotintas Ltda – ME	931,17
612	31/12/2017	Empório Card Ltda EPP	3,24
614	31/12/2017	Empório Card Ltda EPP	720,00
616	31/12/2017	Femag Industria e Comercio de Pastas p/Arquivamento Ltda – EPP	2.688,00
617	31/12/2017	Rodrigo Lagasse Dias ME (RL Assessoria Contábeis)	5.290,46
618	31/12/2017	Servinorte Serviços Ltda EPP	14.992,52
619	31/12/2017	Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – Escelsa	3.484,44
620	31/12/2017	Departamento de Imprensa Oficial – DIO	1.021,29
		TOTAL	217.032,75

Tabela 34 - Dívidas e ônus reais

ANEXO XI

DECLARAÇÃO RENDIMENTOS E DE BENS

De acordo com o estabelecido no Inciso VIII do Art. 24 da Instrução Normativa nº. 04, de 24 de dezembro de 1996, da Secretaria Federal de Controle, publicada no D.O.U. nº. 251, de 27 de dezembro de 1996, DECLARO, que os AGENTES RESPONSÁVEIS, MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA e o SUPERINTENDENTE do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo – CRA-ES estão em dia com exigência de apresentação da DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS de que trata a Lei nº. 8.730, de 10 de novembro de 1993, cujas declarações estão arquivadas no Gabinete da Presidência.

Vitória/ES, 25 de maio de 2018.



Adm. Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES nº. 0058

ANEXO XII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CADASTRO**

Pessoas Físicas					
Dados	2013	2014	2015	2016	2017
Registros Ativos	14.983	15.790	16.517	16.145	15.894
Registros Quites	10.198	11.398	9.901	9.971	8.932
Registros Licenciados	316	366	370	444	470
Registros Cancelados	5.599	6.274	6.839	9.349	10.419
Registros Transferidos	205	209	208	221	237
Registros Remidos	83	84	91	108	122
Pessoas Jurídicas					
Dados	2013	2014	2015	2016	2017
Registros Ativos	2.249	2.536	2604	2.814	3.057
Registros Quites	1.514	2.012	2254	1.554	1.535
Registros Licenciados	-	-	-	14	6
Registros Cancelados	1.183	1.230	1324	1.509	1.563
Registros Transferidos	2	2	2	2	0

Tabela 35 - Demonstrativo das ações de cadastro

ANEXO XIII**DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO**

Dados	Totais
1. Ofícios expedidos pelo Setor de Fiscalização, solicitando documentos para análise.	1.695
2. Intimações expedidas para Pessoa Jurídica.	210
3. Intimações expedidas para Pessoa Física.	22
4. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando o registro de empresas.	249
5. Processos de Fiscalização de PJ em andamento, objetivando coibir o exercício ilegal da Profissão de Administrador pelos seus funcionários (conivência).	0
6. Processos de Fiscalização de PF (exercício ilegal da Profissão, em andamento).	25
7. Processos de Fiscalização de PJ julgados pelo Plenário do CRA.	285
8. Processos de Fiscalização de PF julgados pelo Plenário do CRA.	115
9. Processos de Fiscalização de PJ encaminhados ao CFA em grau de recurso.	11
10. Processos de Fiscalização de PF encaminhados ao CFA em grau de recurso.	12
11. Processos Éticos julgados pelo Plenário do CRA	2
12. Processos Disciplinares julgados pelo Plenário do CRA	4
13. Fiscalizações in loco	112
14. Fiscalização de Responsabilidade Técnica	134
15. Fiscalização de Editais	667

Tabela 36 - Demonstrativo das ações de fiscalização

ANEXO XIV

DIRIGENTES E MEMBROS DO CRA-ES

Nome	Período de Gestão	Função	Segmento
Hércules da Silva Falcão	01/01/2017 a 31/12/2018	Presidente	Plenário
Manoel Carlos Rocha Lima	01/01/2017 a 31/12/2018	Vice-Presidente	Plenário
Flávio Celso Santos Rosa	01/01/2017 a 31/12/2018	Diretor Adm. Financeiro	Plenário
Herickson Rubim Rangel	01/01/2017 a 31/12/2018	Diretor Adm Financeiro Adjunto	Plenário
Maurílio José Martins Inês	01/01/2017 a 31/12/2018	Diretor de Fisc. Registro	Plenário
José Américo Merlo	01/01/2017 a 31/12/2018	Diretor de Fisc. Registro Adjunto	Plenário
Letícia Toniato Simões	01/01/2017 a 31/12/2020	Conselheira	Plenário
Robson Brandão Neves	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Jocélia Ângela Gumiere da Silva	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Adm. Priscilla Modolo de Assunção	01/01/2017 a 31/12/2020	Conselheira	Plenário
Alexandre Wernersbach Neves	01/01/2017 a 31/12/2020	Conselheiro	Plenário
Fabrine Schwanz Dias	01/01/2017 a 31/12/2020	Conselheira	Plenário
Alessandro Barreto de Prá	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Giovani Borgo Sardi	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Márcia Valéria Ferreira Carvalho	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Ruy Dias de Souza	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Osamu Francisco Takahata	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheiro	Plenário
Alzira Bermudes Barcellos	01/01/2015 a 31/12/2018	Conselheira	Plenário
Pedro Cipriano Prêmoli	20/03/1997 a 31/12/2017	Superintendente	Quadro de PESSOAL

Tabela 37 - Relação de dirigentes e membros do CRA-ES

ANEXO XV

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2017

1. Contexto Operacional

O Conselho Regional Administração do Espírito Santo (CRA-ES) localizado na Aluysio Simões, 172, Bento Ferreira, Vitória/ES, criado pela Lei nº 4.769, de 09/09/1965 – “Dispõe sobre o exercício da Profissão de Administrador e dá outras providências” e Decreto nº 61.934, de 22/12/1967 – “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Administrador, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965 e dá outras providências” criando os Conselhos Federal e Regionais de Administração, tem como principais atividades o registro e a fiscalização do exercício profissional.

Dotado de personalidade jurídica e forma federativa, funciona como Autarquia Federal, tendo sede e foro regulamentados no seu Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa CFA nº 107, de 29 de dezembro de 1990, alterada pela Resolução Normativa CFA nº 243, de 29 de dezembro de 2000 e alterada pela Resolução Normativa CFA nº 410, de 10 de junho de 2011.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração. Foram organizadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e sua nova harmonização internacional; com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais anexo à Portaria STN nº 548/15; com os Princípios Contábeis geralmente aceitos, com a Resolução Normativa CFA nº 274, de 12 de dezembro de 2002, que aprova o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e contábeis do Sistema CFA/CRA.

3. Principais Diretrizes Contábeis

A contabilidade do Conselho Regional de Administração do Espírito Santo é elaborada com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e segue o Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais da Portaria STN nº 548/15.

A contabilidade do CRA-ES segue os Princípios de Contabilidade, conforme citado na Resolução CFC nº 750/1993, tais como: Princípio da Entidade; Continuidade; Oportunidade; Registro pelo Valor original; Competência; Prudência.

3.1 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo CRA-ES, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição Federal: Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram depositados em contas separadas das demais disponibilidades, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

“§ 3º - As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.”

Caixa e equivalentes de caixa incluem: saldos em conta movimento e aplicações financeiras com vencimentos no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, sendo o ganho registrado no resultado do período:

TÍTULOS	2017	2016
Caixa e Equivalente de Caixa	12.770.967,01	9.991.212,18
Bancos Conta Movimento	165.012,92	213.378,00
Bancos Aplicação Financeira	12.605.954,09	9.776.880,08
Disponibilidade em Trânsito	0,00	0,00
Bancos Conta Vinculada a Convênios	0,00	954,10

Tabela 38 – Caixa e equivalentes de caixa

b) Créditos a Receber

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado e neste exercício ocorreu o reconhecimento de crédito tributário a receber em 02/01/2017 a menor que o real devido a utilização de relatórios extraídos do sistema financeiro com desvio de informações, sendo a diferença reconhecida direto na variação patrimonial aumentativa e no patrimônio líquido (Ajuste de Exercícios Anteriores) em dezembro de 2017, não afetando o resultado do exercício, já os créditos tributários de dívida ativa foram reconhecidos mensalmente no resultado do exercício e no realizável a longo prazo, todavia houve um levantamento de montante a receber e um ajuste a maior ocorreu em 30/11/2017 e 31/12/2017 como compor o montante real a receber de dívida ativa, conforme procedimentos recomendados pela legislação vigente e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 5º e 6º Edição.

TÍTULOS	2017	2016
Créditos de Curto Prazo	9.423.540,28	5.489.154,27
Créditos de Longo Prazo	10.569.981,07	8.761.920,94

Tabela 39– Créditos a receber

c) Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações como adiantamentos a colaboradores, valores a receber de entes públicos e terceiros, suprimento de fundos até o termino do exercício seguinte: Devedores da Entidade R\$ 18.279,34; Tributos a Recuperar R\$ 1.498,46.

Também compõe os Demais Créditos e Valores de Curto Prazo os Recebimentos por Cartão de Crédito em Trânsito no valor de R\$ 628.677,78.

d) Estoques

O CRA-ES não trabalha com estoque de material em almoxarifado, uma vez que as aquisições resumem-se em materiais de expediente, gêneros de alimentação e materiais de higiene, limpeza e conservação. Essas aquisições basicamente são de consumo imediato e de impressos padronizados, com controle de distribuição para os setores, sendo reconhecido no resultado, imediatamente no momento da aquisição.

e) Bens Patrimoniais

Os bens móveis registrados no ativo imobilizado não sofreram reavaliação neste exercício, e os valores registrados no Balanço Patrimonial, são os de origem.

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	AQUISIÇÕES	BAIXAS	REAVALIAÇÃO	SALDO EM 31/12/2017
Móveis e Utensílios	489.212,52	8.267,02	42,00	-	497.437,54
Máquinas e Equipamentos	110.091,62	6.157,99	-	-	116.249,61
Utensílios de Copa e Cozinha	2.653,00	-	-	-	2.653,00
Equipamentos de Informática	377.089,84	-	-	-	377.089,84
Veículos	42.067,00	-	-	-	42.067,00
Imagem e Som	29.097,27	6.729,00	-	-	35.826,27
Imóveis	6.791.000,56	25.191,20	-	-	6.816.191,76
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	61.720,49	27.610,00	-	-	89.330,49

Tabela 40 – Aquisições e baixas dos bens do ativo imobilizado

f) Depreciação

O método de depreciação e Amortização está de acordo com o Manual de Procedimentos para Depreciação dos Bens Patrimoniais no âmbito do Sistema CFA/CRA's conforme Resolução Normativa CFA 428 de 19 de novembro de 2012.

1. Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados:

CONTA	TÍTULO	VIDA ÚTIL (ANUAL)	TAXA DEPREC/AMORT.
1.2.3.1.1.01.01	Móveis e Utensílios	10	10%
1.2.3.1.1.01.02	Máquinas e Equipamentos	05	20%
1.2.3.1.1.01.03	Utensílios de Copa e Cozinha	05	20%
1.2.3.1.1.01.04	Equipamentos de Informática	05	20%
1.2.3.1.1.01.05	Veículos	05	20%
1.2.3.1.1.01.06	Imagem e Som	05	20%
1.2.3.2.1.01.01	Edifícios	62	1,61%
1.2.4.1.1.01.01	Sistema de Informática e Processamento de Dados - Software	02	50%

Tabela 41 – Método, Vida Útil Econômica e Índices Utilizados

2. Valor Contábil e Depreciação acumulada:

TÍTULO	VALOR AQUISIÇÃO	DEPREC/AMORT. ACUMULADA	VALOR CONTÁBIL
Móveis e Utensílios	497.437,54	(267.709,70)	229.727,84
Máquinas e Equipamentos	116.249,61	(99.541,72)	16.707,89
Utensílios de Copa e Cozinha	2.653,00	(2.574,14)	78,86
Equipamentos de Informática	377.089,84	(284.389,36)	92.700,48
Veículos	42.067,00	(8.413,44)	33.653,56
Imagem e Som	35.826,27	(25.040,00)	10.786,27
Edifícios	6.791.000,56	357.056,58	6.433.943,98
Sistema de Informática e Processamento de Dados – Software	89.330,49	(72.501,84)	16.828,65

Tabela 42 – Valor Contábil e Depreciação acumulada

g) Passivo Circulante

Representado por valores a pagar decorrentes de obrigações trabalhistas, de contratação junto a fornecedores pela aquisição de materiais e/ou serviços, originários de empenhos processados e não pagos até 31/12/2017; de obrigações fiscais de curto prazo e impostos e contribuições retidos de colaboradores e terceiros.

TÍTULOS	2017	2016
Obrigações Curto Prazo a Pagar	270.405,37	231.520,11
Encargos Sociais	39.710,92	32.405,01
Consignações e Obrigações Fiscais	27.609,65	19.633,90
Credores da Entidade	43.721,54	11.810,28
Obrigações Fiscais	2.796,84	856,48
Obrigações de Repartição Junto ao CFA	78.406,96	88.259,61
Demais Obrigações de Curto Prazo	78.159,46	78.554,83

Tabela 43 – Obrigações de curto prazo a pagar

h) Restos a Pagar

Foram inscritos em restos a pagar o montante de R\$ 217.032,75 sendo R\$ 123.068,92 em restos a pagar processados e R\$ 93.963,83 em restos a pagar não processados que estão discriminados em contas do passivo circulante; e R\$ 840,00 de restos a pagar processados prorrogado de 2016.

i) Provisões a Curto Prazo

Registram-se os valores lançados a título de provisões para férias, 13º salário, processos judiciais, conforme demonstrado:

1) Provisões para Férias e Encargos

A provisão para férias dos funcionários do CRA-ES é constituída mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos, como demonstrado:

TÍTULOS	2017	2016
Provisões Trabalhistas	151.794,32	171.995,97
Provisões de Férias	116.317,49	131.797,68
Encargos Sociais	35.476,83	40.198,29

Tabela 44– Provisões para Férias e Encargos

2) Provisões Processuais

Esta provisão tem por finalidade dar cobertura a perdas de processos judiciais ou despesas, cujo fato gerador já ocorreu, mas não tendo havido, ainda, o correspondente desembolso ou perda, uma vez que ainda encontra-se em fase de julgamento.

Em atenção a NBC TG 25 foram realizadas as provisão com base na expectativa de desfecho de processos judiciais de natureza cível, impetrando na justiça até 31 de dezembro de 2017 classificado como provável de perda, em montantes julgados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

TÍTULOS	2017	2016
Provisões para Riscos Cíveis	373.522,62	179.793,84
Provisões para Ações Cíveis	373.522,62	179.793,84

Tabela 45– Provisões processuais

j) Contingências

1. Ativos Contingentes

O Conselho possui, ainda, processos no valor de R\$ 59.258,69, com classificação provável de êxito, R\$ 15.410,49 com classificação possível de êxito e R\$ 1.253,00, com classificação remota de êxito. Ressalta-se que os processos nessa situação, avaliados como de risco de perda de provável, possível e remota, não são reconhecidos contabilmente nas contingências Ativas.

2. Passivos Contingentes

O Conselho possui, ainda, processos no valor de R\$ 530.708,29, com classificação possível de perda e R\$ 205.022,91, com classificação remota de perda. Ressalta-se que os processos nessa situação, avaliados como de risco de perda possível e remota, não são reconhecidos contabilmente.

k) Arrecadação de Anuidades do Exercício Seguinte

Foram contabilizadas no resultado diferido no passivo não circulante as arrecadações recebidas em 2017 que provêm de receitas de anuidades que pertencem ao exercício de 2018, conforme os Princípios de Contabilidade, no valor de R\$ 65.995,45.

l) Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido demonstrado no Balanço Patrimonial em 31/12/2017 no valor de R\$ 39.412.068,29 que corresponde ao saldo do Exercício anterior somado com o Resultado Patrimonial, do exercício apurado no Demonstrativo das Variações patrimoniais:

TÍTULOS	2017	2016
Patrimônio Líquido	39.412.068,29	30.927.735,25
Superávit do Exercício	7.221.660,18	11.120.663,79
Superávit Acumulados	32.190.408,11	19.807.071,46

Tabela 46 – Patrimônio Líquido

m) Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial no valor de R\$ 7.221.660,18, foi apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial:

TÍTULOS	2017	2016
Resultado Patrimonial	7.221.660,18	11.120.663,79
Variações Patrimoniais Aumentativas	12.951.246,85	16.268.712,07
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	5.729.586,67	5.148.048,28

Tabela 47 – Resultado Patrimonial

n) Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei n.º 4.320/64.

No exercício de 2017 foi apurado um resultado superavitário no valor de R\$ 23.624.925,41.

TÍTULOS	2017	2016
Superávit Financeiro	23.624.925,41	18.941.697,61
Ativo Financeiro	23.989.294,61	19.157.843,30
(-) Passivo Financeiro	364.369,20	216.145,69

Tabela 48 – Resultado Financeiro

o) Resultado Orçamentário

O superávit orçamentário corresponde à diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas.

O resultado orçamentário de R\$ 2.848.694,41, foi extraído com base no subsistema orçamentário.

TÍTULOS	2017	2016
Superávit Orçamentário	2.848.694,41	2.631.391,50
Receitas (corrente+capital)	8.134.210,50	7.355.424,47
Despesas (corrente+capital)	5.285.516,09	4.724.032,97

Tabela 49 – Resultado Orçamentário

Vitória-ES, 31 de dezembro de 2017.



Hércules da Silva Falcão
Presidente
CRA-ES 0058
CPF: 010.334.506-00



Flávio Celso Santos Rosa
Diretor Adm/Fin
CRA-ES 3766
CPF 249.781.407-49



Rodrigo Lagasse Dias
Contador
CRC/ES 018993/O-9
CPF: 116.075.907-35